

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE  
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO - FND**

**RIO DE JANEIRO: AS ORIGENS E OS POSSÍVEIS CAMINHOS DA CRISE  
INSTITUCIONAL CARIOCA E FLUMINENSE**

**PEDRO RAMOS DA CRUZ**

RIO DE JANEIRO

2024

PEDRO RAMOS DA CRUZ

**RIO DE JANEIRO: AS ORIGENS E OS POSSÍVEIS CAMINHOS DA CRISE  
INSTITUCIONAL CARIOCA E FLUMINENSE**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Prof. Mauro Osório da Silva

RIO DE JANEIRO

2024

## CIP - Catalogação na Publicação

C957r Cruz, Pedro Ramos da  
Rio de Janeiro: As Origens e Os Possíveis  
Caminhos da Crise Institucional Carioca e  
Fluminense / Pedro Ramos da Cruz. -- Rio de  
Janeiro, 2024.  
64 f.

Orientador: Mauro Osorio da Silva.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2024.

1. Crise Institucional. 2. Rio de Janeiro. 3.  
Institucionalismo. I. Osorio da Silva, Mauro,  
orient. II. Título.

PEDRO RAMOS DA CRUZ

**RIO DE JANEIRO: AS ORIGENS E OS POSSÍVEIS CAMINHOS DA CRISE  
INSTITUCIONAL CARIOCA E FLUMINENSE**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Prof. Mauro Osório da Silva

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Orientador

---

Membro da Banca

---

Membro da Banca

RIO DE JANEIRO

2024

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre me deram o mais absoluto e inarredável suporte, e a todos os meus amigos, pela presença e carinho que sempre me encheram de alegria, mesmo nos momentos mais difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a toda minha família, pela confiança e amor que marcam as nossas relações. Em destaque, meus pais, que sempre estiveram presentes e deram todo o suporte que eu poderia pedir.

Agradeço aos amigos, pelo carinho de sempre, e a todos os colegas que fiz no caminho, pelo apoio mútuo e colaboração que cursar Direito exige de nós.

E por fim, agradeço ao Professor Mauro Osorio, por ter aceitado esse desafio com receptividade, bom humor e muito conhecimento.

## RESUMO

**DA CRUZ, Pedro Ramos. RIO DE JANEIRO: AS ORIGENS E OS POSSÍVEIS CAMINHOS DA CRISE INSTITUCIONAL CARIOCA E FLUMINENSE. Rio de Janeiro. 2024. Monografia de final de curso. Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

Para os moradores e estudiosos do Rio de Janeiro, é muito claro que a cidade e o estado passam por uma crise de diferentes dimensões e que perdura insistentemente no tempo. O objetivo deste trabalho é promover uma análise histórica acerca da conformação política e econômica do Rio de Janeiro, a fim de identificar as causas e origens da crise, além das razões para sua permanência no tempo e promover uma discussão acerca das possíveis soluções.

**Palavras-Chave:** Crise Institucional; Rio de Janeiro; Institucionalismo.

## ABSTRACT

**DA CRUZ, Pedro Ramos. RIO DE JANEIRO: THE ORIGINS AND POSSIBLE PATHS OF THE INSTITUTIONAL CRISIS IN CARIOCA AND FLUMINENSE. Rio de Janeiro. 2024. Final course monograph. National Faculty of Law of the Federal University of Rio de Janeiro.**

For residents and scholars of Rio de Janeiro, it is very clear that the city and the state are going through a crisis of different dimensions and that persists insistently over time. The objective of this work is to promote a historical analysis of the political and economic formation of Rio de Janeiro, in order to identify the causes and origins of the crisis, as well as the reasons for its persistence over time and promote a discussion about possible solutions for the aforementioned crisis.

Keywords: Institutional Crisis; Rio de Janeiro; Institutionalism.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>4</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 Apresentação do tema.....	10
1.2 Justificativa e objeto .....	11
1.3 Metodologia.....	12
<b>II. Capítulo i - INSTITUCIONALISMO, MARCO DE PODER E CAPITALIDADE ...</b>	<b>13</b>
2.1 – O Conceito de Institucionalismo .....	13
2.2 – Marco de Poder.....	16
2.3 – Capitalidade e o Rio de Janeiro .....	16
<b>III. CAPÍTULO 2 — A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>19</b>
3.1 – Rio de Janeiro e o período colonial .....	20
3.2 - Rio de Janeiro enquanto capital geográfica e cultural.....	23
3.3 - A transferência da capital e seus efeitos no Rio de Janeiro .....	30
<b>IV. CAPÍTULO 3 — A CRISE INSTITUCIONAL NO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>36</b>
4.1 Da crise política .....	36
4.2 Dos dados econômicos .....	39
4.3 Do emprego .....	43
4.4 Da receita.....	45
4.5 Da infraestrutura .....	46
4.6 Da educação.....	48
4.7 Da segurança.....	49
<b>V. CAPÍTULO 4 — OS POSSÍVEIS CAMINHOS .....</b>	<b>51</b>
5.1 Petróleo e Gás.....	51
5.2 Complexo industrial da saúde.....	54
5.3 Turismo: esportes e artes .....	55

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação do tema

A importância da cidade do Rio de Janeiro para a dimensão de identificação brasileira é inegável. A cidade, que foi capital do que se entende por Brasil por quase 200 anos, é importante polo político, econômico e cultural que exerce influência nas demais regiões brasileiras.

Nesse contexto, durante todo o período do Império até o momento posterior à Segunda Guerra Mundial, a participação econômica do Rio de Janeiro, relativamente à produção nacional, era de extrema importância. Mesmo com a ascensão de São Paulo, a partir da mais eficiente produção cafeeira, o Rio de Janeiro mantinha alta participação econômica e influência cultural.

Por outro prisma, a cidade e o Estado do Rio de Janeiro, nos tempos atuais, têm sido vistos como expoentes centrais das desigualdades, da insegurança e da instabilidade política e econômica que assolam a realidade brasileira. Essa constatação decorre não só do exame da conformação política disposta na administração desses Entes, mas também da observação de dados da realidade material, como a atividade industrial e a empregabilidade, que corroboram com essa visão.

Tendo em vista a convergência desses múltiplos fatores, e a partir da construção conceitual de institucionalidade como um conjunto de regras formais e informais que desembocam num arcabouço de regras de funcionamento do Estado e suas instituições, pode-se concluir que o que se observa atualmente na região do Rio de Janeiro, portanto, é uma crise que ultrapassa dimensões únicas, podendo ser tratada como uma verdadeira crise institucional.

Diz-se que se trata de uma crise institucional pois abarca os aspectos políticos, econômicos, culturais, fiscais, territoriais, entre tantos outros âmbitos, que traduzem o que se entende como instituições do Estado.

Nesse sentido, uma detida análise da historicidade que compõe o desenvolvimento das atividades econômicas e políticas que se deram ao longo da história no território do Rio de

Janeiro, bem como observando sua reflexão a partir dos dados coletados da realidade, é possível se vislumbrar um diagnóstico quanto à origem dessa crise, bem como pretender apontar possíveis caminhos para solucioná-los.

O que se mostra relevante para essa compreensão, portanto, é o exame detido dos papéis políticos e econômicos exercidos pelo Rio de Janeiro tanto nos períodos pré-transferência da capital de Salvador, como nos períodos em que foi capital e também no período pós-transferência da capital para Brasília. O cotejo do estudo histórico, que corrobora com a compreensão da dimensão política, com a análise de dados estatísticos relativos aos períodos em tela, têm o condão de promover mais profunda análise sobre a institucionalidade do Rio de Janeiro e vislumbrar inventividades capazes de reverter o círculo vicioso que a população dessa região enfrenta.

É sobre esse relevante tema que será elaborado o presente trabalho, que busca provocar os estudiosos a construírem, em conjunto, as soluções para a longa e duradoura crise institucional vivida pelo Rio de Janeiro.

## 1.2 Justificativa e objeto

Para um cidadão carioca, a admiração pela beleza geográfica e cultural do Rio de Janeiro costuma estar sempre presente. O estudo de história do Brasil em uma cidade como o Rio de Janeiro permite aos estudantes observar de perto, em estudos de campo, a importância do Rio de Janeiro para o que se entende hoje como Brasil, diante das inúmeras localidades da cidade que remetem a fatos históricos ocorridos em inúmeros momentos da história brasileira.

Entusiasta de futebol e da história como disciplina de estudo, sempre observei no Rio de Janeiro inúmeras potencialidades, tendo dificuldade em compreender o difícil período político e econômico do contexto fluminense.

Aliado a isso, o interesse em política, Estado e macroeconomia magnetizam o interesse pela compreensão de tão evidente e duradoura crise institucional que atinge o Rio de Janeiro.

Ocorre que, para que se possa vislumbrar uma compreensão dos fenômenos políticos e econômicos de qualquer contexto, é necessária uma detida análise de todos os componentes que formam um arranjo institucional como o do Rio de Janeiro, além da compreensão de Estado advinda das ciências jurídicas.

É nesse contexto que um estudo como o presente se mostra relevante, na medida em que se propõe a analisar as causas que originaram o que se entende hoje por crise institucional no Estado do Rio de Janeiro, bem como busca vislumbrar possíveis soluções para ela no âmbito estatal.

### 1.3 Metodologia

O presente estudo utiliza como recurso metodológico a utilização do marco teórico representado pelo institucionalismo. A partir de autores dessa vertente da economia política, e, fundamentalmente, da análise histórica do objeto, objetiva-se chegar a conclusões.

O principal foco, portanto, será o da utilização dos conceitos de economia, mormente os relacionados à teoria institucionalista, para, em conjunto com os elementos históricos, subsumir os fatos a fim de identificar não só a existência de uma crise de natureza institucional no Rio de Janeiro, como também buscar, com fundamento teórico, explicar suas raízes e razões.

A partir desse prisma, busca-se, ao final, propor soluções coerentes com a análise realizada, sobretudo no que tange à inversão do processo de crise que a região passa.

## II. CAPÍTULO I - INSTITUCIONALISMO, MARCO DE PODER E CAPITALIDADE

Uma vez delineados os aspectos gerais, e com o objetivo de consubstanciar a análise que se pretende cumprir, é importante descrever em minúcia o aporte teórico que fundamenta sua realização.

Nesse sentido, uma vez compreendidos os elementos teóricos ofertados por Douglas North, em primordial a noção de institucionalidade e a importância que as instituições teriam no desenvolvimento de cada Estado, passa a ser possível uma maior compreensão acerca do processo histórico do Rio de Janeiro.

A conceituação feita baseia a análise sobre o Rio de Janeiro, pois se trata de marco teórico de importância inequívoca do ponto de vista do Direito para a compreensão histórica que objetiva a apresentação de possíveis soluções.

Dentre esses elementos teóricos, destaca-se o conceito de marco de institucionalidade, ou marco de poder, que, como será mais bem explicitado, é importante ferramenta de recorte histórico para fundamentar a análise.

Para além disso, é também necessário refletir sobre o conceito de capitalidade, desdobramento da análise institucional, e que tem alta relevância no lastreamento da explicação que se pretende fazer sobre as razões para a crise institucional no Rio de Janeiro.

### 2.1 – O Conceito de Institucionalismo

Tendo em vista se tratar do fio condutor central da linha de pensamento de Douglas North, é importante ter em mente precisamente a que se referia o autor ao utilizar o conceito de instituições.

Em suma, as instituições, que, segundo North, tem papel fundamental no desenvolvimento econômico dos Estados, são o conjunto de regras, formais e informais, que

padronizam a relação entre Estado, Sociedade e Mercado. Sobre a importância das instituições na dinâmica de desenvolvimento, importante destacar o que se apresenta em Gala (2003, p. 92):

O ponto relevante está na relação entre os estados que nasciam e a classe produtiva em geral. Mais especificamente, nas leis e regras que iam sendo geradas pelo sistema político para ordenar a atividade econômica. Como veremos adiante, o desempenho econômico das sociedades resultará sempre, em última análise, de suas dinâmicas institucionais.

Já no que tange à distinção entre as regras formais e informais, é importante mencionar que as primeiras se referem às próprias leis e demais atos normativos efetivamente escritos, formalizados e positivados, enquanto as segundas são derivadas dos códigos de conduta e costumes que se desenvolveram no âmbito da sociedade. É o que vemos em Gala (2003, p. 95):

Importante também é a divisão destas em formais e informais. Sendo as primeiras leis e constituições formalizadas e escritas, em geral impostas por um governo ou agente com poder de coerção (North, 1990: 46), e as segundas, normas ou códigos de conduta, formados em geral no seio da própria sociedade (North, 1990: 36).

Destaca-se, portanto, o aspecto dialético atribuído ao desenvolvimento e, mais especificamente, às instituições. Diz-se isso pois as regras formais e informais evidentemente se influenciam entre si, marcando a relação entre os agentes Estado, Sociedade e Mercado.

Indo além, esse viés também aponta para o papel fundamental da história na determinação da política e das instituições. Nas palavras de Osorio (2005, p. 57):

Na mesma linha, Robert Putnam, tendo Douglass North como principal referência, afirma que as instituições seriam moldadas pela história, e, por sua vez, moldariam a política. Assim, a dinâmica institucional de uma região dependeria de sua história e os fatores históricos deveriam ser considerados na formulação ou na análise de políticas ou estratégias de desenvolvimento econômico-social regional.

Tendo isso em vista, para North, o desenvolvimento dos Estados está diretamente relacionado ao funcionamento de sua dinâmica institucional, sendo entendidas como positivas para o desenvolvimento aquelas que criam as condições adequadas e fornecem os estímulos necessários para que ele ocorra. Em consonância a isso, vemos em Gala (2003, p. 93):

Para se entender o desenvolvimento econômico sustentável de longo prazo, deve-se estudar as causas anteriores às tradicionais variáveis de crescimento. Para North, a chave do problema econômico não está no avanço tecnológico ou na acumulação de

capital. Está nas regras ou arranjos institucionais que estimulam ou inibem atividades nesse sentido. O que a literatura econômica atual considera causas do crescimento nada mais são do que consequências de uma dada matriz institucional específica. No limite, as causas do crescimento, identificadas por essa visão, são o próprio crescimento (North e Thomas, 1973: 2).

Por outro prisma, pode-se entender que a importância das instituições no desenvolvimento dos Estados encontra explicação também na própria dinâmica proveniente das democracias modernas, onde fica fragilizada a antiga visão do governante monopolista, conforme vemos em Fiani (2003, p. 324-339):

Assim, o modelo simples de um governante atuando como monopolista discriminador no momento de trocar seus serviços por receita fiscal fica severamente comprometido para as democracias modernas, com seus múltiplos grupos de interesse e sua complexa estrutura institucional. A complexidade da estrutura institucional nos regimes democráticos é, ela mesma, resultante da multiplicidade de grupos de interesse, o que impede que membros do Estado tenham a possibilidade de decidir autonomamente

Sendo assim, é importante para North que se busque regras que garantam alternância no poder, a partir de uma esfera democrática, com eleições livres e justas e plataformas políticas efetivamente atuantes, com a previsão para a atuação dos partidos e um sistema de freios e contrapesos.

Emerge, portanto, a necessidade descentralização do poder, além da estabilidade e clareza das regras, que, além de tudo, garantiriam a atuação do Direito na manutenção da segurança jurídica, que permearia também a própria formação e modificação das instituições, constituindo, portanto, o Direito, um elemento essencial nos paradigmas teóricos que o autor busca desvendar.

Por fim, cabe pontuar, ainda, a importância que tem a ideologia para North, que também participa dialeticamente do conjunto de regras formais e informais da sociedade. Para North, conforme vê-se em Fiani (2003, p. 324-339), se trataria a ideologia de uma:

percepção subjetiva que um indivíduo possui da realidade e que ele utiliza tanto para explicar como o mundo ao seu redor funciona, incluindo-se aqui a sua história até o presente, como para determinar como ele deveria funcionar. Dessa forma, a ideologia em North é tanto um modelo subjetivo de análise da realidade, quanto um modelo normativo de intervenção nessa mesma realidade.

## 2.2 – Marco de Poder

A partir das noções introduzidas por North, é possível destrinchar um conceito que é de extrema importância nas análises que partem do viés institucionalista, que é o conceito de marco institucional, ou, ainda, marco de poder.

A observação da ocorrência deste conceito na materialidade se desvela quando se observa uma atuação mais direta na política que provoca alteração nas regras formais e informais que marcam determinada institucionalidade. Tal concepção se torna mais clara ao observarmos noção que North traz de equilíbrio institucional. Nos termos de Gala (2003, p.96):

Uma organização, ao operar, afeta variáveis políticas e econômicas. Quando seu cálculo de custo-benefício levá-la a atuar na esfera política, isto é, alterar leis, contratos e normas, assistiremos a uma mudança institucional. Para melhor explicitar essa concepção, North introduz a noção de equilíbrio institucional (North, 1990: 86). Uma dada sociedade estará nesse equilíbrio quando, dada as condições correntes, nenhum de seus agentes (organizações) tiver estímulo para alterar as regras formais e informais (instituições) sob as quais essa sociedade opera (ver North, 1990: 86).

Em contraponto, quando os referidos agentes levam a efeito as alterações institucionais, ou seja, as regras, principalmente formais, que atingem sobremaneira a dinâmica social, o que se observa é uma fratura institucional.

Do ponto de vista histórico-analítico, o que se tem, portanto, é uma verdadeira ruptura, um marco de poder, proveniente do encadeamento dos fatos históricos que o antecederam, e que se projeta para o futuro no sentido de influenciar de forma indissociável o desenvolvimento econômico.

A partir desse paradigma, é possível recortar a história da institucionalidade de determinada localidade, o que, em cotejo com a utilização de dados econômicos, tem o condão de prover o intérprete com os elementos necessários a uma análise mais precisa da raiz de determinadas crises, como se propõe fazer com o Rio de Janeiro.

## 2.3 – Capitalidade e o Rio de Janeiro

Uma última noção que é de demasiada importância para a compreensão de todas as dimensões da crise que passa o Rio de Janeiro é a de “eixo de capitalidade”.

Essa terminologia, trabalhada inicialmente por Giulio Argan, se refere às cidades que não são necessariamente a “Capital burocrática” de determinado país, mas que são de alguma forma a principal referência internacional no que se refere à cultura e seu núcleo de sociabilidade, ou seja, a representação mais comum de determinada civilização. Nesse sentido, melhor explicam Osorio e Versiani (2016, p. 75):

Na perspectiva de Argan, todos os países possuem uma cidade que é a sua referência internacional e que não necessariamente é também a sua Capital burocrática. Assim, quando pensamos nos Estados Unidos, tendemos a pensar em Nova York e não em Washington; quando pensamos na Austrália, lembramos de Sidney e não de Camberra. Nas palavras da historiadora Marly Silva da Motta (2001:24), as cidades-capitais de Giulio Argan são “o lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma a sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória”.

O reconhecimento da presença deste elemento de capitalidade na história do Rio de Janeiro é fundamental para a compreensão de sua dinâmica político-econômica e sua consequente interação com a sociedade, seja do ponto de vista local, seja do ponto de vista nacional. É, inclusive, essa dualidade, conforme se determinará mais precisamente adiante, que marca a institucionalidade do Rio de Janeiro.

A partir da análise das bases materiais do desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, antes mesmo de se tornar oficialmente a capital do país, já se revelam os aspectos que atraem a condição de cidade-capital, o que fica ainda mais evidente no período imperial, quando, nas palavras de Motta (2010, p. 45-46), na sua condição de:

Cidade-capital do Império e da República, o Rio construiu sua identidade como espaço-síntese da nação e da nacionalidade; estado da Guanabara a partir da transferência da capital federal para Brasília em 1960, conservou, no entanto, a maior parte das funções de principal centro político do país; capital do novo estado do Rio de Janeiro desde 1975, ainda hoje enfrenta os desafios decorrentes do processo de redefinição de sua identidade política e administrativa.

Essa condição, no caso do Rio de Janeiro, atrai uma série de contradições, que perpassam toda a dinâmica institucional que conduziu a política local. A partir dele, portanto, passa-se a ter uma importante lente para a compreensão do comportamento das instituições no Rio de Janeiro, a partir tanto das ditas regras formais e informais.

Une-se a isso um detido apego às consequências de ser um local a capital de determinado país, uma vez que, nas palavras de Lessa (2000, p.64),

(...) a cidade, como capital, é o ápice da realidade cívico-cultural do estado. Construída pelo homem como centro político de um corpo social, é o núcleo soberano do território nacional. Com esta função específica, a cidade desenvolve um conjunto peculiar de traços.

Trata-se, portanto, a condição de capital do Império e da Primeira República, elemento fundamental no desenlace da atuação política no Rio de Janeiro, o que atrai especial atenção para o momento em que a capital do Brasil é transferida para Brasília.

Os efeitos decorrentes desse momento, que causou verdadeira e inegável ruptura na institucionalidade do Rio de Janeiro, embora não tenham sido imediatamente sentidos pela população e governo locais, é ponto nodal a se explorar para se entender a crise que passa a cidade do Rio de Janeiro e o Estado do qual é capital atualmente.

Sobre a demora na percepção da ruptura, é importante ver o que apresenta Osorio (2005, p. 254), que aponta que ela

(...) não se deve apenas ao lento processo de transferência da capital; ao fato de as economias carioca e fluminense não apresentarem uma perda significativa de participação relativa durante os anos 1960 e de ter a economia brasileira apresentado, nos anos 1970, elevado dinamismo, o que disfarça a perda já em curso, mas também à forma como se constrói a institucionalidade formal (leis, normas, etc.) e informal (hábitos, rotinas, costumes) da região.

Em outros termos, pode-se entender que a relutância dos agentes políticos dominantes no Rio de Janeiro em se atentar à gravidade das incontornáveis consequências da transferência da capital pode ser explicada pela própria condição de eixo de capitalidade que se percebe no Rio de Janeiro.

Tendo-se por esclarecido o aporte teórico que pautará a análise do que se argumentará por crise institucional do Rio de Janeiro, apresenta-se a história como elemento fundamental da compreensão da conformação institucional que determinará o desenvolvimento econômico carioca.

### III. CAPÍTULO 2 — A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO

O capítulo a seguir buscará expor, da forma mais breve e completa possível, a trajetória história da região fluminense, em especial a cidade do Rio de Janeiro, cujo papel de extrema relevância na história brasileira é inegável.

Tal importância pode ser verificada não só a partir da inequívoca participação do porto do Rio de Janeiro para a atividade comercial no país, mas também por ter sido esta a região tida como capital do Brasil no período imperial e republicano.

Sendo assim, partindo de Lessa (2000, p. 11):

(...) o Rio foi, no início, um pólo de poder geopolítico e o porto. A dinâmica da urbana da cidade tem aí seu marco original.”, identifica-se, portanto, o primeiro momento da cidade do Rio, ser o pólo de poder geopolítico do país e o pólo comercial, através de seu porto.

Ou seja, o que se observa é que a cidade passa a servir ao país a partir de duas atuações, sendo a primeira relativa ao seu papel econômico, a partir de sua forte influência nas relações mercantis do país, e a segunda com relação ao seu papel político-administrativo e a sua relação com o estrangeiro.

Evidentemente que a relação entre a geografia do Rio de Janeiro e a sua importância política é dialética, uma vez que a escolha da localização da cidade estava relacionada a sua potencialidade de se tornar um centro administrativo e político relativamente seguro, na medida em que a Baía de Guanabara fornecia uma proteção sólida contra eventuais investidas militares de adversários.

Em outros termos, sobre a escolha da cidade do Rio de Janeiro para exercer esses papéis, pode-se pensar que, segundo Lessa (2000, p.19), “(...) o Rio como lugar deve ser pensando inicialmente por sua posição – ou macrolocalização, entendida pela forma em que este determinado lugar, onde se ergueu a cidade, esteve e está em relação ao espaço-mundo.”

Além disso, Lessa completa que (2000):

(...) na geografia moderna, de um Karl Ritter, a terra (o lugar) é vista como o teatro da história. Por esta perspectiva, os condicionantes naturais são lidos em sua relação com o desenvolvimento histórico. Esses condicionantes têm sido sublinhados em várias tentativas de se chegar a teorias científicas sobre o entendimento dos povos

Tendo isso em vista, fica evidente que todos os atributos geográficos da cidade do Rio de Janeiro contribuem para seu desenvolvimento histórico e, para além disso, para o próprio arranjo institucional que se desenha na região, uma vez que é consequência direta das relações sociais que ali se desenvolveram.

A importância da estrutura militar no Rio de Janeiro se mostra, portanto, de suma importância para a compreensão de seu desenvolvimento histórico, tendo em vista as potencialidades já delineadas. É o que se lê de Osório (2005, p. 85):

Ainda segundo Lessa (2000, p. 68), para a construção histórica da cidade do Rio de Janeiro, e do território que configura a atual região fluminense, a existência da Baía de Guanabara, com seu aspecto geográfico de “cofre-forte militar-naval” – servindo, portanto, como um elemento decisivo de defesa da nova Colônia, teria sido fundamental para a decisão de Portugal de ocupá-la, constituindo-a como centro militar, porto e eixo de logística, e para sua consolidação, no correr do tempo, como cidade-capital.

Dessa forma, qualquer análise que se busque fazer sobre o decorrer da história no Rio de Janeiro deve compreender estes múltiplos aspectos, que integram todas as influências exercidas sobre as relações sociais na cidade, de forma a moldar a relação que passará a existir entre sociedade, mercado e estado no futuro da cidade.

### 3.1 – Rio de Janeiro e o período colonial

A compreensão sobre a economia do Rio de Janeiro a partir de meados do século XVI tem papel fundamental no estudo sobre a sua influência e destaque na política do período colonial brasileiro, observando tanto da perspectiva local quanto da perspectiva nacional.

Isso é observável pois o que se desenvolveu na cidade nesse período foi sua característica como eixo de logística, devido a sua posição estratégica, sobretudo no que tange ao comércio da prata e a rota para a África.

Como é cediço, o processo inicial de ocupação do território brasileiro pelos portugueses foi baseado nas capitanias hereditárias, sobretudo porque a Coroa precisava de uma forma de garantir a ocupação do território e pelo fato de não se ter encontrado ouro e demais metais preciosos de imediato, o que ocorreu na América espanhola.

Esse processo se diferiu da colonização espanhola, que foi majoritariamente focada na fundação de cidades para potencializar a atividade mineradora, em especial na da bacia do Rio da Prata. A atividade de extração dos metais preciosos era a principal forma de comercialização entre a Europa e o Oriente, e isso teve firme influência no estabelecimento do Rio de Janeiro como eixo de logística, conforme se vê em Osório (2005, p.86):

Os ciclos da prata e do ouro teriam sido momentos iniciais decisivos para a configuração da região como eixo de logística, já que era o seu porto que articulava essas atividades com o mundo exterior. O interesse de Portugal pela prata devia-se ao fato de que, naquele período, ela era a moeda de troca para o comércio europeu com o Oriente. Uma vez que, naquele momento, o mercado consumidor do Oriente não apresentava, de maneira geral, maior interesse pelos produtos ocidentais, a prata seria fundamental para o comércio de especiarias com as Índias – então, apreciadas na Europa. Assim, para equilibrar a conta de comércio entre Europa e Oriente, seriam necessárias pesadas transferências de prata e ouro.

Ou seja, não bastava o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas ao açúcar, por exemplo, além da extração do pau-brasil. A ocupação do território brasileiro precisava se justificar do ponto de vista econômico, e a cidade do Rio de Janeiro teve papel fundamental nisso.

Nesse sentido, para se abastecer da prata que necessitava, a Coroa portuguesa passou a se valer da condição geográfica especial que ostentava o Rio de Janeiro ainda antes do final do século XVI. Entre os atributos que destacavam o Rio de Janeiro nesse sentido, estão os fundamentos que contribuíram para sua configuração como eixo de logística, como expõe Osório (2005, p. 86):

A partir da segunda metade do século XVI, as reservas [de prata] portuguesas passam a ser abastecidas com a prata obtida mediante o contrabando de produtos e escravos para a região da Prata do Peru, atingida pelos “fundos do seu quintal”, o Rio da Prata, e a cidade do Rio de Janeiro funciona, então como base para essa atividade. A escolha de Portugal de utilizar o Rio de Janeiro como nó logístico teria sido determinada pelas vantagens da rota Rio-África em relação à rota Nordeste-África.

E segue Osório (2005, p.86):

Assim, o Rio de Janeiro passaria a ser um entreposto entre duas rotas. A primeira ligaria a cidade à Europa, Ásia e África, para a exportação de produtos como açúcar, tabaco e farinha de mandioca e a importação de especiarias das Índias, produtos europeus e, sobretudo, escravos africanos. A segunda rota uniria o Rio de Janeiro à América Espanhola e ao Rio da Prata, para o contrabando de escravos e mercadorias em troca da prata peruana.

Ou seja, desde o início do processo de colonização no Brasil, o Rio de Janeiro, a partir de seu porto, se mostrava componente essencial na relação da colônia com o mundo exterior, e com as demais regiões brasileiras. Durante todo o período colonial, mesmo quando a capital era Salvador, era inegável a participação e influência carioca na economia brasileira.

É interessante ter como referência o quão notável era a presença do porto carioca nas rotas comerciais de diferentes naturezas já no início do século XVII, como se vê em Lessa (2000, p. 31), quando

(...)Brandônio fala do Rio: “(...) tem uma galharda fortaleza bem abastecida de artilharia, munição e soldados e um capitão posto por elle de tres em tres annos; tem uma cidade, posto que pequena, bem situada, a qual de presente de grande commercio; porque vem a ella muitas embarcações do Rio da Prata, que trazem riqueza muitas em patacas (reais de oito), que commutam por fazenda, que ali compram; donde tornam a fazer viagem para o mesmo rio.

Por esse prisma, tem-se que a atividade comercial era a de principal relevância na região, tendo papel fundamental, além dos pontos já destacados, no escoamento da produção agrícola em direção à África, como bem observa Lessa (2000, p. 31):

(...) também neste Rio de Janeiro tomam porto as náos que navegam do Reino para Angola, aonde carregam de farinha de terra (mandioca), de que abunda toda esta capitania em grande quantidade, e dalli a levam para Angola, onde se vende por subido preço

A transferência da capital para o Rio de Janeiro só veio a efeito após a concretização do Ciclo do Ouro, que sucedeu a prata peruana como principal geradora de riqueza na futura Cidade Maravilhosa. Nesse passo, o que se observou foi um reforço às tendências anteriormente observadas de configuração da cidade como eixo logístico, se tornando o principal entreposto do comércio de todas as naturezas que circulava pelo Atlântico. Sobre a importância do porto nesse processo, Lessa (2000, p.45) complementa:

O porto é o lugar fundamental na vida do Rio colonial. O lugar onde se podia fundear a nau de forma confiável, protegida contra ventos e assaltos, e onde se pode abastecê-la e realizar manutenção e reparações. No porto a embarcação está protegida por uma autoridade local. Na época da navegação à vau, o que hoje chamaríamos de “base técnica” do porto terrestre era irrisório; bastava um trapiche e a força humana para mover as cargas.

Disso se extrai que, no decorrer dos séculos de colonização, o porto carioca foi ganhando cada vez mais relevância para o desenvolvimento das atividades econômicas no território. Com a potencialização do comércio de escravizados, e a necessidade de escoamento do ouro extraído da região das Minas Gerais, a região portuária carioca ganhou até mais importância do que já detinha no início do período colonial.

Além das atividades descritas, o ancoradouro proporcionou às múltiplas regiões brasileiras a facilitação do comércio interno da colônia, por meio da cabotagem. É o que destaca Osório (2005, p. 88):

A centralidade do Rio acentuou-se também pelo fato de, paralelamente ao comércio exterior – sua principal atividade –, ter-se desenvolvido, durante o século XVIII, o comércio colonial de cabotagem, que trocava escravos por fumo baiano e carne-seca e banha do sul do País. Com o Planalto Central, o Rio articula-se como praça atacadista, vendendo escravos, alimentos e manufaturas importadas e recebendo pagamento em ouro e diamantes. Em suma, no dizer de Lessa (idem, ibidem), “o Rio colonial foi o epicentro desta complexa rede de relações comerciais. Era uma vila modesta, em termos demográficos, porém uma forte praça comercial e marítima”.

Nesse processo, o Rio de Janeiro consolidou seu papel de centralidade para a dinâmica brasileira, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista militar e, principalmente, do ponto de vista econômico. O volume e dinamismo das atividades que se desenvolviam comercialmente atraíram, inevitavelmente, a posterior transferência da centralidade do poder político para a região.

### 3.2 - Rio de Janeiro enquanto capital geográfica e cultural.

Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, a atividade comercial existente na região onde hoje se entende por território carioca se intensificou sobremaneira. A demanda por pessoas escravizadas advinda da atividade mineradora, combinada com a abundância de metais que

precisavam ser escoados pelo porto carioca, concentrava a maior parte das atividades econômicas da colônia. Isso está bem exposto em Osório (2005, p.88):

Lessa (idem, p. 44) assevera que, no século XVIII, de 1736 a 1810, o porto do Rio de Janeiro recebeu 580 mil escravos, um número cerca de 18 vezes maior do que o da população carioca em 1730, que era de cerca de 30 mil habitantes. Na mesma ocasião, 17 navios dedicados exclusivamente ao tráfico negreiro estavam registrados no porto da cidade.

A quantidade de recursos mobilizada nessa atividade não poderia ter qualquer outra consequência senão a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, consagrando a transferência do poder político centralizado para a região de maior circulação de recursos financeiros e humanos.

Isso, por sua vez, tem vinculação direta com o local escolhido pela Família Real para se instalar após sua chegada em 1808. Nesse ponto, é interessante ver Osório (2005, p. 88)

No decorrer desse processo histórico, o posicionamento assumido pela região e a necessidade da Coroa de um maior controle sobre a riqueza gerada em Minas Gerais fariam com que, em 1763, a capital fosse transferida de Salvador para o Rio de Janeiro e a Corte de D. João VI ali se instalasse após sua vinda para o Brasil em 1808(...)

Com a vinda da Família Real para o Brasil e, mais especificamente, para solo carioca, uma série de mudanças infraestruturais foram promovidas na cidade, que passou a ostentar não só a condição de capital do recentemente estabelecido Vice-Reino, mas do próprio Reino Unido de Portugal e Algarves, com todas as prerrogativas que tal condição carrega.

Nessa esteira, observa-se a introdução de novos elementos na institucionalidade que se desenvolvia na região, tanto formais quanto informais, que complexificam o arranjo anteriormente formado. Foi o que ocorreu com a criação de órgãos judiciários e instituições financeiras e culturais.

A partir daí, portanto, já se compreende nitidamente a ligação intrínseca que unia o Rio de Janeiro e a institucionalidade brasileira. Ou, nas palavras de Osório (2005, p. 89):

Nesse processo histórico, a capitalidade da cidade do Rio de Janeiro ia sendo construída e, em alguma medida, também a da região do antigo Estado do Rio, cuja

economia era fortemente influenciada pelos investimentos do governo federal e pela articulação com a estrutura produtiva da capital.

É interessante notar que não apenas no aspecto econômico a região portuária tinha demasiada importância. É evidente que o porto tinha grande influência sobre a atividade açucareira que se desenvolvera na região próxima à então capital, por promover seu escoamento. Contudo, também é relevante sua contribuição cultural, uma vez que, combinado com criação da atual Biblioteca Nacional e o estímulo ao estudo formal de Belas Artes, por exemplo, influenciava a cultura nacional pois, nas palavras de Osório (2005, p. 89), “*com o movimento diário do porto, o Rio de Janeiro incorporava influências culturais e hábitos europeus.*”

O contato com a Europa e, principalmente, com os franceses, com sua incursão cultural no Brasil a partir da vinda da comissão francesa para divulgar o neoclassicismo, é o canal pelo qual passam os ideais republicanos que, combinados com a influência dos Estados Unidos, trariam, no final do século, a transição na forma de organização do Estado brasileira.

Nessa esteira, tem-se que o Rio de Janeiro passa a se beneficiar tremendamente do fato de ser a capital e, principalmente após a vinda da Família Real, demonstrar verdadeiramente as consequências ao seu dinamismo econômico advindas do fato de ser a sede do poder político. Conforme Lessa (200, p.84):

Após a chegada de D. João VI, há uma componente de prosperidade diferencial que beneficia a cidade/capital, que irá, posteriormente, internalizar um dinamismo cada vez mais derivado de sua capitalidade. O gasto público no Rio superou sistematicamente a arrecada fiscal local, fazendo da cidade um espaço que recebeu continuamente injeções adicionais de gastos, gerados pelo poder público. Assim sendo, o Rio, além de porto tradicional e pólo mercantil, ao ser sede da fiscalidade do Império, beneficiou-se de com o regular pagamento dos funcionários do Estado. Ao concentrar-se espacialmente o gasto, a capital tem uma componente que a alavanca permanentemente. Hoje a maior renda per capita brasileira está no Plano Piloto de Brasília, o que evidencia a força deste vetor.

E complementam Osorio e Versiani (2016, p. 77), quando pontuam que:

com a vinda da Família Real para o Brasil, a cidade do Rio foi beneficiada com investimentos de proporções extraordinárias. D. João VI agregou institucionalização formal e informal à vida colonial, com a criação de tribunais, conselhos, câmaras, de instituições encarregadas do ordenamento e policiamento da cidade, de cursos de Direito etc., além da criação do primeiro Banco do Brasil do país.

Todos esses elementos agregam ao Rio de Janeiro, além da posição de eixo de logística para a economia nacional, um verdadeiro eixo de capitalidade, dado seu importante destaque não só econômico, mas também cultural.

No decorrer das primeiras décadas do século XX, decorrente do corte do cordão umbilical com a Europa, começa a haver uma ruptura com os padrões europeus e, nesse período, conforme afirma Osório (2005, p. 93):

(...)Lessa vê a cidade do rio de Janeiro exercendo um papel de síntese cultural, constituindo-se também no palco central para movimentos políticos modernizadores, como o tenentista, marcados pela defesa de reformas políticas, sociais e econômicas no País, e a Revolução de 1930, cujo desfecho põe fim à República Velha, conduzindo o gaúcho Getúlio Vargas ao poder.

Tal configuração institucional evidencia os dois aspectos da institucionalidade carioca que viriam a entrar em choque posteriormente. O primeiro, voltado para a questão nacional, por se tratar da sede das decisões políticas, e o segundo, voltado para as necessidades e potencialidades locais e regionais.

Isso fica ainda mais em destaque quando da criação da figura institucional do Município Neutro, em 1834, como bem descreve Lessa (2000, pp. 187 e 188):

Para a federação sonhada pela República, o Rio como Município Neutro era perfeito para a transmutação em Distrito Federal. Desde 1834, a cidade estava separada da província fluminense. A capital para a República deveria manter-se politicamente neutralizada. O prefeito, escolhido pelo presidente e submetido a aprovação pelo Senado, não é o chefe do poder executivo, independente de aprovação local. É um alto funcionário de confiança do presidente que pode demiti-lo ad nutum. ...O Rio seria o “fórum asséptico”, guardião e depositário do pacto oligárquico, o lugar de construção do marco zero da República e a moldura para dignificar a Presidência.

De tal fato já se consegue perceber a contradição que se aprofundou a partir do arranjo institucional que passou a vigorar. O poder executivo central buscou neutralizar a autonomia do poder político local. Por tal razão que se vê em Osório (2005, p. 83), que:

(...)se, de um lado, não é possível eleger o prefeito e a Câmara de Vereadores está destituída do poder de veto, de outro, os habitantes dessa cidade podem eleger

deputados federais e senadores, o que gera ambiguidades, amplia o espaço de jogo político nacional na região e, entendo, contribui para a fragmentação do jogo local.

Em outros termos, a relação que inicialmente beneficiou a cidade, a partir de sua importância política, criou contradições que influenciaram o desenrolar da política nacional e local. Isso se aprofundou com a clara intenção do poder central de suprimir a influência da política local, que acabou tendo o efeito oposto. É o que vemos em Osório (2005, p. 84), quando afirma que:

(...)a tentativa de transformar o Rio de Janeiro em um espaço asséptico e apolítico não dá resultado. Ao contrário de uma neutralização, o que ocorre, pela transferência, em grande medida, do poder local ao presidente da República, é um “não-arranjo institucional local” harmônico e a transferência de questões, e mesmo de pressões, normalmente relativas ao jogo local.

Para além das consequências no arranjo político, a condição de capital e o arranjo institucional que se desenvolveu na região também trouxeram como consequência uma relevante participação econômica. A maior participação do Distrito Federal na atividade industrial brasileira, por exemplo, demonstra isso.

Destaca-se também, inicialmente, a produção açucareira, e também a produção cafeeira, como demonstra Osório (2005, p. 91):

A centralidade do Rio se consolidaria no decorrer do século XIX e início do século XX, não só como capital do Império e, posteriormente, da República, mas também pelo desenvolvimento do complexo cafeeiro nessa região – que iniciaria a sua plantação no atual município do Rio de Janeiro e surgiria a partir do processo de acumulação mercantil existente na região.

E complementa Lessa (2000, p. 128), quando expõe que *“O café não surgiu apenas fisicamente no interior do Rio. Foi financiado pelo capital mercantil do grosso comércio do Rio e deu continuidade à sua prosperidade. A cidade explica o prodígio do café escravo”*.

Ou seja, a condição de capital do Rio de Janeiro acabou por imprimir inúmeras peculiaridades que determinaram o desenvolvimento do seu arranjo institucional. Entre elas, está a mencionada capacidade do núcleo urbano influenciar o dinamismo em seu interior, diferentemente de o dinamismo do interior influenciar a potencialidade da capital, como costuma ocorrer.

Disso decorre, também, a diferença entre a forma como o antigo Estado do Rio enfrentou a crise do café, em contraste com a economia carioca, mesmo com a perda da hegemonia industrial para São Paulo. A capital se manteve como concentradora das atividades financeiras, das sedes institucionais das principais empresas nacionais e de serviços sofisticados. Já a Velha Província, declinou progressivamente e seguiu dependente de sua serventia à metrópole.

Esse contraste está bem descrito em Lessa (2000, p. 99):

Após o brilho do café, a agricultura fluminense vegetou em atrofia e foi incapaz de abastecer a metrópole, sequer com os alimentos perecíveis. No Rio se condensaram atividades nacionais – banco, seguro, comércio mobiliário, comércio de atacado, advocacia administrativa e algumas indústrias de natureza residencial

Nesse sentido, pode-se perceber o magnetismo exercido pela então capital, que irradiava para a região da Velha Província, influenciando as atividades econômicas lá desenvolvidas a partir do capital mercantil que se concentrava na cidade.

Além do potencial de consumo existente na capital, que colaborava sobremaneira para a estabilidade e progressão da economia fluminense, a condição de proximidade do antigo Estado do Rio com a capital também lhe proporcionava investimentos federais, que funcionavam como um estímulo permanente à sua economia. Entre elas, vale citar as pontuadas por Osório e Versiani (2016, p. 82):

Já o antigo Estado do Rio de Janeiro – considerado por Lysia Bernardes (1964) uma região polarizada pela cidade do Rio de Janeiro do ponto de vista econômico – beneficiava-se da proximidade do mercado consumidor da capital da República e também foi cenário de investimentos federais, como a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941); da Fábrica Nacional de Motores (1942); da Companhia Nacional de Álcalis (1943) e da Refinaria Duque de Caxias (1961), investimentos estes cujas decisões locais estiveram relacionadas à proximidade da antiga Capital Federal e, junto, à existência de uma tendência dominante no governo central a favor de que então se estabelecesse um contraponto no país ao predomínio econômico paulista (Lessa, 2000:346).

Nesse contexto, portanto, evidencia-se uma certa dependência da economia carioca e fluminense da condição de capital que ostentava a cidade do Rio. Na cidade, isso era ainda mais

notável, onde já desde o início do período republicano, foram implementadas uma série de reformas modernizantes.

A reforma promovida por Rodrigues Alves, conhecida como “Bota Abaixo!” e “Rio Civiliza-se”, combinada com a reforma urbana de Pereira Passos, configuraram um grande investimento público na cidade, com o objetivo, também, de consolidar o Rio como uma representação do Brasil.

É sempre importante pontuar, contudo, que tal modernização foi feita em conjunto com uma verdadeira “higienização”, onde foram expulsas as pessoas mais pobres da região central da cidade. É o que demonstram Osório e Versiani (2016, 78):

O padrão de civilização almejado destruiu a feição pobre e insalubre da área central da cidade. Contudo, os populares que ali residiam não foram beneficiados com o projeto, sendo desalojados e obrigados a mudar-se para locais distantes ou a engrossar a população favelada.

Somado a isso, houve também, já em meados do século XX, a criação de inúmeras empresas estatais na cidade, com o objetivo de diversificar a atividade econômica brasileira. Quanto a isso, vale citar Osório e Versiani (2016, p.81):

Entre outros, foram criados na cidade do Rio: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952); a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras (1953); a Empresa Mista Centrais Elétricas Brasileiras SA – Eletrobras (1962); e a Companhia Vale do Rio Doce (1942). No campo científico e cultural, foram criados: o Instituto Nacional de Tecnologia – INT (1921); o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (1934); a Universidade do Brasil (1937); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1937); o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA (1952); o Instituto Militar de Engenharia – IME (1959); o Museu Histórico Nacional – MHN (1922); o Museu Nacional de Belas Artes – MNBA (1937); e o Museu de Arte Moderna – MAM (1948). Ademais, instituições existentes desde o século XIX na cidade do Rio de Janeiro se fortaleceram, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Mas não era só do investimento público que se sustentava a cidade, como complementam Osório e Versiani (2016, p. 81):

no período entre 1920 e 1960, a economia do Rio de Janeiro, ao contrário de depender apenas dos gastos públicos da chamada administração direta e de uma atividade mercantil tradicional, beneficiou-se também, por exemplo: da criação de empresas estatais em seu território; de ser sede da Bolsa de Valores e o principal centro financeiro do país; de sediar o núcleo de comando de grupos econômicos nacionais e

internacionais, em um momento em que o Brasil se modernizava, deixava de ser rural para ser urbano e se industrializava; e do crescimento, em seu território, do turismo de negócios e de lazer e de atividades vinculadas à economia da cultura. Deve-se lembrar ainda que a criação de empresas estatais no Rio de Janeiro contribuiria também para atrair sedes de empresas privadas, que não atuavam somente no território carioca e fluminense.

Tal movimento foi acompanhado também no ambiente cultural. A cidade tornou-se símbolo do mais pujante setor da cultura nacional, como bem expõem Osório e Versiani (2016, p. 80)

Nesse contexto da primeira metade do século XX, o Brasil modernizou-se e a cidade do Rio de Janeiro manteve a sua centralidade. Consolidou-se como um local querido de referência para todos os brasileiros. Não por acaso tornou-se também o território onde o samba e a marchinha popularizaram-se e em que teve início a chamada época de ouro da música popular brasileira, com a chegada do rádio ao país. Constituiu ainda o lugar central onde surgiram movimentos referenciais como a Bossa Nova e o Cinema Novo, entre outros projetos/criações inovadores no mundo cultural brasileiro.

Sendo assim, embora no decorrer do século XX o conjunto do antigo Estado do Rio e a cidade tenham perdido o protagonismo na participação no produto interno brasileiro para São Paulo, a região permaneceu com forte crescimento, em linha com o crescimento do Brasil no período.

Tal situação persistiu até a transferência da capital para Brasília, anunciada pela promulgação da Lei nº 3.273/57 e concretizada no ano de 1960, quando ocorre verdadeira ruptura na institucionalidade do Rio de Janeiro.

### 3.3 - A transferência da capital e seus efeitos no Rio de Janeiro

Do início do período colonial até a transferência da capital federal para Brasília, o Rio de Janeiro tinha papel de centralidade na institucionalidade brasileira, e desta condição decorria seu fabuloso dinamismo econômico.

Contudo, a perda da capital, embora simbolicamente relevante, não produziu efeitos imediatamente perceptíveis, mesmo diante de sua evidente influência no dinamismo carioca. Tal fato encontra amparo em várias explicações, mas a mais consensual delas é a de que a pujança da economia brasileira durante os anos 1960 e 1970 e a condição de eixo de capitalidade

que a cidade já ostentava mesmo antes de se tornar a capital, ainda no século XVIII. Isso está bem descrito em Osório, Rego e Versiani (2017, p. 76):

A demora na percepção do processo de crise em que o Rio de Janeiro imergiu a partir dos anos 1960 pode ser compreendida com base em um conjunto de fatores, a começar pela força da cultura de capitalidade no território carioca, construída a partir da histórica centralidade política, econômica e social do Rio de Janeiro no cenário nacional. (...) É nessa perspectiva que se pode aferir que a cultura de capitalidade do Rio de Janeiro acabou por contribuir para que nessa região não ocorresse, de forma imediata, a percepção da quebra da dinâmica institucional a partir de um fator “exógeno” (a mudança da Capital Federal para Brasília, em 1960).

Para além disso, o que se destacou no prosseguir da política institucional do Rio de Janeiro nesse período que sucedeu a transferência da capital, foi a manutenção de um caráter dramaticamente nacional. A discussão das questões nacionais, bem como a presença de nomes das mais variadas regiões do país, desnuda essa circunstância. Mais uma vez, a contradição entre o nacional e o local tomavam a frente.

É o que vemos em Osório (2005, p. 96):

De acordo com o que podemos concluir das análises aqui relacionadas e utilizando-me do conceito de “marco institucional” de Douglass North, essa região se construiria como um espaço eminentemente nacional, sendo “natural” que a política nela viesse a se dar hegemonicamente nessa lógica e que, aqui, fossem eleitas figuras que simbolizassem esse espaço de disputa, independentemente de onde anteriormente vivessem e/ou atuassem politicamente. Isso permaneceria, mesmo após a mudança da capital, e faria com que – inicialmente no Distrito Federal e depois na Guanabara e mesmo no Estado do Rio de Janeiro – viessem a se candidatar políticos das mais variadas procedências e que estariam vocalizando sobretudo visões relativas às políticas nacionais.

Entretanto, a partir da década de 80, com a reversão do processo de crescimento econômico que o Brasil experimentava, especialmente de forma mais acentuada a partir da década de 30, as nefastas consequências da transferência da capital começaram a ser percebidas mais claramente.

O impacto negativo na economia carioca e fluminense foi observado mais profundamente em virtude da crise econômica que marcou o período, quando o Brasil passou a conviver com altíssimas taxas de inflação.

Nessa esteira, a crise fiscal pela qual o país passou acarretou o enxugamento dos gastos públicos federais, que eram essenciais para o dinamismo econômico da região. Tudo isso está bem delineado em Osório, Rego e Versiani (2016, p. 75):

pode-se afirmar que os territórios carioca e fluminense, por derivarem o seu dinamismo econômico centralmente da história da Capital e de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro, sofreram, a partir dos anos 1960, um processo de erosão da sua importância e do seu dinamismo socioeconômico. O entendimento desse processo, no entanto, não ocorreu de forma imediata pelos próprios cariocas e fluminenses, mas somente nos anos 1980, com a inversão do processo de crescimento da economia brasileira e a crise fiscal que então se instaurou, atingindo particularmente o estado do Rio de Janeiro, pelo peso que o gasto federal ainda tinha na região.

Dessa forma, a contradição anteriormente observada entre o nacional e o local escancarou a ausência clara de desenvolvimento de uma estratégia regional. Uma vez que a agora ex-capital e o antigo Estado do Rio tinham suas atividades econômicas plenamente vinculadas à condição que a cidade ostentava, estava ofuscada a necessidade de um debate acerca do desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas à competitividade da região em relação às demais partes do Brasil.

A ausência do debate acerca da questão regional, por sua vez, acarretou não só uma defasagem profunda no que tange às atividades econômicas indutoras de desenvolvimento, que acabou por tornar a crise ainda mais profunda e de difícil recuperação, mas também em erros de escolhas das atividades a serem estimuladas.

Ou seja, a falta de um debate aprofundado e maturado acerca das potencialidades regionais que poderiam ser exploradas pelo conjunto de cidade e antigo Estado do Rio, posteriormente unidos no que se conhece hoje por Estado do Rio de Janeiro, terminou por prejudicar sobremaneira a tomada de decisões acerca da política econômica posteriormente à transferência da capital.

O que se observou, ainda, com a abrupta retirada da sede do poder político nacional, e o conseqüente paulatino afastamento do Rio de Janeiro das questões nacionais, foi a emergência de um poder político local altamente fragmentário e clientelista.

Tal aspecto se reforçou com o advento do Golpe de 1964 e o rearranjo institucional que se desenvolveu no Brasil a partir desse marco. Isso pois, como o contexto de discussão nacional era muito presente no acalorado debate político do Rio de Janeiro, a representação parlamentar da região sofreu duros golpes com as cassações de mandato que se tornaram comuns, como bem apontam Osório, Rego e Versiani (2017, p. 82):

De fato, pela centralidade política do Rio de Janeiro, no cenário brasileiro, a sua representação federal foi fortemente atingida no processo de cassações. A polarização existente no debate político nacional e o papel central do Rio nesse debate, principalmente nos anos 1950 e na primeira metade dos anos 1960, redundaram em que a representação federal da cidade apresentasse a marca da radicalização e que se circunscrevesse a poucos partidos, basicamente o PTB e a UDN.

Ao se observar que a esquerda como um todo sofreu severamente com as cassações no período militar, é de se ter por evidente que a representação parlamentar do PTB foi profundamente atingida. Mas não é só. Com o posterior rompimento do governador udenista Carlos Lacerda com os militares, a UDN carioca também foi prejudicada pelos militares.

Essas circunstâncias favoreceram a ascensão do referido poder localista fragmentário e clientelista, nesse período representado por Chagas de Freitas, que passou a acumular poder político no MDB do Rio de Janeiro. O MDBista, que evitava a todo momento o confronto com o poder central dos militares, teve espaço para ampliar sua influência política, o que se mostraria absolutamente deletério para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. Nesse ponto, Versiani (2016, p.138-139) exemplifica muito bem:

A ascendência da corrente chaguista na Câmara dos Deputados representaria a consagração do viés fisiológico e clientelista do fazer político de Chagas Freitas. Os parlamentares chaguistas atuavam, principalmente, atentos a problemas específicos que afligiam determinados grupos ou categorias profissionais, desse modo estabelecendo elos identitários com certos segmentos do eleitorado carioca. Tais práticas, que são caracterizantes do fenômeno do chaguismo, trouxeram inúmeros prejuízos ao Rio de Janeiro, em um primeiro momento, ao descaracterizar a oposição, um claro prejuízo democrático, em um segundo momento, em adotar um caráter fisiologista e clientelista pautado em uma figura individual.

Os prejuízos dessa lógica à economia carioca são evidentes, uma vez que a atuação política passou a ser pautada não pelas necessidades da cidade ou do estado, pelo desenvolvimento de compreensões sofisticadas da economia política tuteladas pela ciência, ou

mesmo sobre valores e princípios, mas sim a partir de interesses privados, conforme bem delinea Versiani (2016, p 142):

Tratava-se, pois de uma lógica desagregadora do ponto de vista da construção de alternativas sociais abrangentes. Em lugar de discutir o modo como deveriam ser conduzidas as questões públicas e a implementação de políticas amplas, o que se procurava era usar de influência política em favor de proposições particularistas.

A hegemonia de Chagas de Freitas se mostra ainda mais evidente na medida em que se percebe que o político era detentor da propriedade de veículos de imprensa locais, como o jornal O Dia, em um período no qual vigorava a censura prévia exercida pela ditadura militar. Nesse ponto, há de se destacar a clara condição de vantagem que permitiu a permanência do chaguismo.

Com uma forte influência na informação que circulava, em conjunto com as condições institucionais que desabrochavam no Rio após a transferência da capital e o posterior estabelecimento da ditadura militar, Chagas de Freitas conseguiu angariar apoio local, tornando-se um dos principais nomes da política na região naquele período. Disto, resultou a sua condição de governador da Guanabara, entre 1971 e 1975, e do posterior Estado do Rio de Janeiro, após a fusão, no período de 1979 a 1983.

Sendo assim, ao se observar a totalidade das condições históricas que a economia política do Rio de Janeiro acumulou em sua história, tem-se um possível diagnóstico acerca das razões da crise institucional que se instaurou. É o que se vê em Osório, Rego e Versiani (2016, p.82):

Assim, a transferência da Capital para Brasília, em 1960, e a consolidação dessa transferência no correr da década de 1970; a carência de reflexão regional e de adequadas estratégias regionais de fomento ao desenvolvimento; ao lado da particular degradação política que a cidade e o estado do Rio sofreram em consequência do golpe de 1964 são fatores absolutamente centrais no processo de degradação econômico-social do atual estado do Rio de Janeiro, no cenário brasileiro.

A partir dessa combinação de fatores, o que passou a imperar no Rio de Janeiro foi essa lógica clientelista e fragmentária, típica do localismo deslocado dos debates econômicos que levem em conta as potencialidades regionais. A permanência desse modelo é observada pelos fenômenos brizolista, garotista e, por que não, cabralista. Bem expõem isso Osório, Rego e Versiani (2016, p. 82):

Assim, logo após o golpe de 1964, por um lado, o PTB e a esquerda como um todo sofreram pesadamente o processo de cassações, sendo que, no caso da cidade do Rio, entre os dez deputados federais eleitos pelo PTB, em 1962, oito foram cassados. Por outro lado, pelo fato de Carlos Lacerda romper com o regime militar no correr da década de 1960, a UDN carioca também foi fortemente atingida pelas cassações, provocando-se, no conjunto, uma desarticulação da lógica nacional nessa região e abrindo-se espaço para que Chagas Freitas e a sua política de clientela articulada à lógica local conquistassem particular hegemonia, primeiro na cidade e posteriormente no estado do Rio<sup>20</sup>. Essa lógica fez história ao longo dos anos, conforme podemos verificar pela declaração da governadora Rosinha Garotinho (2003-2006), publicada no jornal O Globo, de 10 de outubro de 2003, em que ela analisa que, na região fluminense, após o chaguismo e o brizolismo, “por que não o garotismo?”

E completam Osório, Rego e Versiani (2016, p. 82):

Ou seja, na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, no novo estado do Rio viria a ocorrer, através dos processos históricos de permanências e mudanças, a coexistência entre uma lógica nacional cada vez mais inorgânica e uma lógica clientelista e fragmentária crescentemente hegemônica no plano estadual. Tal realidade gera um marco institucional que desestrutura com particularidade o poder público na região e dificulta a organização consistente de estratégias e políticas regionais.

O estabelecimento de tal lógica, portanto, atravanca ou, no limite, impede o desenvolvimento de estratégias para o estado e para a cidade do Rio de Janeiro que agreguem todos as suas potencialidades, para que, em ação política articulada, possam ser exploradas as principais potencialidades da região a fim de se desenvolver uma verdadeira estratégia político-econômica capaz de combinar as atividades econômicas indutoras e induzidas que gerem riqueza para a região e afastem a pauperização permanente que a população da região vem sofrendo.

E é a partir da compreensão desse momento de ruptura na institucionalidade carioca, com a instauração de um marco de poder que altera a dinâmica anteriormente posta, que se deve pautar a análise da crise institucional no Rio.

#### IV. CAPÍTULO 3 — A CRISE INSTITUCIONAL NO RIO DE JANEIRO

Diante de todo o quadro histórico delineado, é importante ainda que se passe a uma análise de todos os aspectos da institucionalidade fluminense, a fim de se demonstrar a inegável situação de crise institucional que assola a região.

Muito embora tal circunstância seja absolutamente clara para os moradores e interessados na região, a análise dos elementos mais sensíveis da relação estado, mercado e sociedade no Rio de Janeiro têm o condão de demonstrar em evidência a crise arraigada na institucionalidade carioca.

Isso será particularmente observável em detida análise de determinados aspectos, contudo, certo é que uma análise mais ampla, como a proposta no presente, demonstrará a generalidade da situação nefasta em que se encontra a institucionalidade fluminense.

##### 4.1 Da crise política

Uma análise da questão política no Rio de Janeiro envolve, necessariamente, uma breve digressão acerca do processo de ciclo econômico político na economia capitalista, especialmente no que tange à posição da classe dominante.

Para atendimento dos interesses dessa classe, em especial a partir do ponto de vista neoliberal, emergente a partir da década de 80, a estabilidade política é um fator essencial. Tal discussão é bem exposta em Sobral (2017, p. 401), quando se fundamenta em Kalecki (1977):

Segundo esse autor, a classe capitalista como um todo faz grave objeção a um ativismo estatal que, através do gasto governamental, busque a manutenção do pleno emprego na economia. Essa classe defende que a estabilidade macroeconômica depende basicamente de uma estabilidade política capaz de sustentar um estado de confiança e que é conquistada, por um lado, com a manutenção de finanças públicas sadias e, por outro, com a difusão do princípio moral da meritocracia sobre os empregados.

E acrescenta:

Em grande medida, isso significa impedir que os interesses sociais representativos a partir do Estado se sobreponham aos interesses particulares da classe capitalista, bem

como garantir a disponibilidade de oferta abundante de mão de obra e sua disciplina diante das expectativas de ganho das lideranças empresariais.

Dessa forma, na condição de classe dominante, a elite capitalista concentra seu poder político a partir do poder econômico, e detém poderosíssima influência na organização estatal. Disso decorre uma vigorosa influência, a partir de controle indireto, sobre a política governamental, de modo que também possui influência na conformação institucional. Isso fica bem exemplificado em Sobral (2017, p. 401):

(...) Mas, uma vez que o governo aprenda o truque de aumentar o emprego por meio de suas próprias despesas, esse poderoso mecanismo de controle perde sua eficácia. Daí que os deficit orçamentários passam a ser encarados como perigosos (...). Mas mesmo se essa oposição fosse superada – como poderia acontecer sob pressão popular –, a manutenção do pleno emprego custaria mudanças sociais e políticas que dariam um novo ímpeto à oposição dos líderes empresariais.

Nesse ponto, não se pode excluir a responsabilidade da elite dominante no Rio de Janeiro, mormente o seu caráter clientelista e fragmentário ao qual desinteressa a manutenção da confiança da população na autoridade política.

Disso deriva a degradação do estado de confiança no Rio, especialmente materializado na esfera política, com a instabilidade da confiança da população nas autoridades governamentais. Nesse contexto, é importante demonstrar o que coloca Sobral (2017, p.401):

Entretanto, qualquer visão pessimista do futuro que retraia as expectativas empresariais e trave suas decisões de gasto é atribuída à desconfiança moral e às tensões sociais que supostamente a intervenção estatal provocou. Dito em outras palavras, inverte-se a lógica de modo que o cerne da crise passa a ser visto como uma instabilidade política causada pelas políticas públicas

O contexto apresentado, portanto, apresenta uma lógica nefasta de contaminação do debate político que se retroalimenta. Isso pois, com o enfraquecimento da confiança nas autoridades políticas do estado, a corrupção passa a ser ponto central no debate carioca, o que ofusca sobremaneira a potencial discussão mais aprofundada acerca das potencialidades da economia carioca e a criação de alternativas para superação da crise.

É dizer, evidentemente que não se trata de desconsiderar a corrupção como uma questão a ser resolvida na institucionalidade política da região, mas sim compreendê-la a partir da lógica

da degradação institucional que vem ocorrendo mais acentuadamente desde o último cinquentenário. Em outros termos, é entender a corrupção como uma consequência do marco de poder originado na transferência da capital, em combinação com a ascensão da ditadura militar e consequente emergência do poder local fragmentário e clientelista, e não como sua causa.

Nesse passo, adentrando mais especificamente nas circunstâncias fluminenses, a instabilidade e decadência da classe política regional passa, necessariamente, pela assustadora quantidade de líderes políticos da história recente que foram presos. É dizer, a desconfiança da população quanto aos seus líderes políticos não é injustificada.

Para além dos políticos de menor expressão, tem-se que Anthony Garotinho, Sérgio Cabral, Clarissa Garotinho, Luiz Fernando Pezão estiveram presos de forma simultânea. Moreira Franco, também ex-governador, também esteve preso em determinado momento.

Outros nomes relevantes que passaram por situação semelhante foram presidentes da Assembleia Legislativa do estado, como Jorge Picianni e Paulo Melo, pelas mais diversas acusações.

Isso também reverberou no Tribunal de Contas do Estado, com a presença de quatro conselheiros e de seu presidente no banco dos réus de diversas ações judiciais decorrentes de operações policiais que investigaram esquemas de corrupção na corte de contas.

Ou seja, conforme demonstrado do ponto de vista teórico, como consequência do arcabouço institucional marcado pelo clientelismo presente nas relações políticas, que ascendeu a partir da ruptura institucional caracterizada pelo delineado marco de poder dos anos 60, acarretou a generalização da lógica da corrupção na região.

Nesse contexto, emergem como grandes detentores de influência política, também, os chamados “poderes paralelos”, mais comumente identificados a partir dos gestores do tráfico de drogas e da atividade miliciana, que, em conjunto, dominam o território da maior parte da cidade do Rio de Janeiro.

Tal lógica corrupta, além de desviar o foco do debate sobre as alternativas econômicas que teriam o condão de tirar o estado e a cidade da crise econômica, contamina também a própria execução das políticas de desenvolvimento que foram tentadas. Tal fato se exemplifica na medida em que se observa que os casos de corrupção envolveram a autorização para obras, concessão de equipamentos esportivos e a execução das obras financiadas com dinheiro público, como as obras do PAC.

Por fim, mas não menos importante, mister se faz destacar que a crise econômica mais recente do Brasil, marcada especialmente a partir do ajuste fiscal de 2015, que teve como eixo central a Petrobras. Por se tratar da empresa brasileira mais importante, e devido a sua sede no Rio de Janeiro e o conjunto do complexo petrolífero e de gás existente na região, além do impacto da queda do preço internacional do petróleo, tem-se a aglutinação de um conjunto de fatores que contribuem sobremaneira para uma crise ainda mais agravada na região fluminense.

Todavia, é de suma importância destacar que a discussão sobre a corrupção jamais pode se tornar o tema central do debate político. Isso porque, além de se mostrar um debate altamente despolitizante, não com pouca frequência ele se demonstra também profundamente nefasto, pois leva a descrença na política e no potencial do Estado de superar as crises, servir à sociedade e oferecer soluções, quando, ao contrário, o Estado é a principal ferramenta para a reversão do quadro político e econômico.

#### 4.2 Dos dados econômicos

A importância da economia do Rio de Janeiro para a dinâmica econômica nacional já foi amplamente demonstrada. Entretanto, mesmo como principal polo político, enquanto ainda era capital do país, a partir do início do século XX a região deixou de ser a protagonista no desenvolvimento econômico brasileiro. Isso porque, a partir da década de 20 do século passado, o estado de São Paulo se apresentou como principal polo da economia nacional.

Isso não retira, contudo, a importância da economia fluminense, que até a transferência da capital ainda mantinha um crescimento econômico em linha com o desenvolvido pelo Brasil, conforme bem apontam Osório e Versiani (2016, p.81):

A partir de 1919, o conjunto da cidade e do Estado do Rio de Janeiro perdeu a sua hegemonia econômica para o Estado de São Paulo (Osório, 2005:265). No entanto, entre 1920/1960 o dinamismo carioca se manteve próximo ao da média nacional, em um período em que, de acordo com dados do Ipea/Data, o Brasil apresentou forte crescimento do PIB, de em torno de 5,7% ao ano. Isso se deveu ao fato de que, embora perdendo continuamente posição relativa no cenário industrial da economia brasileira, o então Distrito Federal – como sede do poder, eixo da capitalidade brasileira e como espaço concentrador de renda e capacidade de consumo – continuou a atrair e gerar investimentos públicos e privados.

Tal situação, entretanto, não se manteve a partir da década de 60, devido especialmente ao novo marco de poder que se estabeleceu na institucionalidade carioca e fluminense. A contar desse momento, o que se observou foi um descolamento entre o crescimento brasileiro e o fluminense, em prejuízo para este último.

Nesse período, o que ocorreu foi um avanço notável do estado de Minas Gerais em seu crescimento, relativamente ao brasileiro. Já o Rio de Janeiro, durante a década de 60, experimentou uma discrepância notável em relação ao crescimento brasileiro, que se aprofunda tremendamente na década de 80.

Tabela 1 - Taxas médias de crescimento real do PIB - 1949-90

Regiões e estados	(Em % aa)					
	1949-59	1959-70	1970-75	1975-80	1980-85	1985-90
Sudeste	6,7	6,5	9,8	6,4	0,2	1,1
São Paulo	7,5	6,9	10,4	5,9	-0,2	1,0
Minas Gerais e Esp. Santo	4,1	7,4	10,5	10,0	2,0	3,1
Rio de Janeiro*	6,6	5,1	7,8	5,3	-0,2	-0,5
Sul	7,8	6,9	11,4	6,3	0,9	1,6
Nordeste	7,5	4,6	8,9	8,8	3,7	3,3
Norte	8,9	7,5	9,4	16,9	6,0	4,8
Centro-Oeste	10,9	10,5	12,5	12,1	2,6	4,9
Total	7,1	6,5	10,1	7,2	1,1	1,9

Fonte: Pacheco, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas: Unicamp IE, 1998, p. 69.

\*Até 1975 as taxas médias de crescimento apresentadas para este Estado referem-se à soma dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, visando poder realizar uma análise comparativa com o período posterior à fusão.

Fonte: Osório (2005, anexo, p. 266)

Em linha com tal entendimento, também se observou por parte do Rio de Janeiro uma perda na participação relativa na atividade e produção industrial. A observação dos dados corrobora com a análise que se desenvolveu, no sentido de que os prejuízos ao desenvolvimento

econômico têm direta relação com a criação de um ambiente institucional altamente desfavorável.

A participação na atividade industrial é de suma importância, uma vez que esse setor da economia tem a potencialidade de gerar efeitos de encadeamento para trás e para frente, movimentando diversas cadeias produtivas, que podem induzir a geração de renda e ao desenvolvimento econômico, especialmente em economias não plenamente desenvolvidas.

Nesse sentido, diante da perda notável de participação, certo é que se mostra fragilizada a capacidade de geração de renda nova no estado, que, como se vê, possui grande parte de sua atividade econômica vinculada ao setor de serviços.

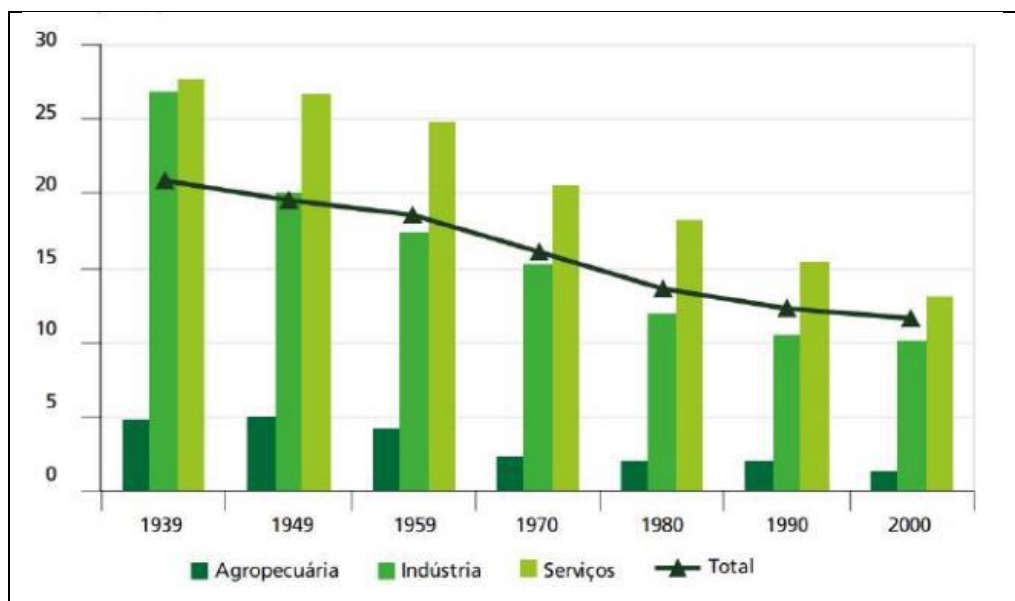
Tabela 2 – Participação da Região Fluminense e dos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais no valor bruto da produção industrial e no valor da transformação industrial no Brasil

Ano	Região Fluminense <sup>1</sup>		Guanabara		Rio de Janeiro		São Paulo		Minas Gerais		(Em %)
	Valor bruto da produção industrial	Valor da transformação industrial	Valor bruto da produção industrial	Valor da transformação industrial	Valor bruto da produção industrial	Valor da transformação industrial	Valor bruto da produção industrial	Valor da transformação industrial	Valor bruto da produção industrial	Valor da transformação industrial	
1907	37,75	–	30,20	–	7,55	–	15,92	–	4,44	–	
1919	28,45	–	22,29	–	6,16	–	32,99	–	5,76	–	
1939	23,93	27,92	19,00	22,48	4,92	5,44	43,49	38,60	6,74	7,82	
1949	21,11	21,72	15,14	15,40	5,97	6,32	46,62	47,00	7,11	6,91	
1959	16,04	17,30	9,57	10,15	6,47	7,16	55,08	54,51	5,98	6,06	
1970	14,78	15,30	8,36	9,42	6,43	5,88	55,32	56,64	7,55	7,05	
1975	12,43	13,20	–	–	–	–	55,33	54,75	7,60	7,11	
1980	10,48	10,42	–	–	–	–	51,95	52,42	8,65	8,17	
1985	9,61	9,80	–	–	–	–	48,33	47,40	9,10	8,28	
1992	9,70	9,53	–	–	–	–	48,51	50,95	9,22	8,73	
1995	7,61	8,56	–	–	–	–	50,53	53,00	9,47	8,33	
2000	7,27	9,42	–	–	–	–	45,27	45,25	9,72	9,46	

1. Este dado refere-se ao somatório da participação da cidade do Rio de Janeiro, inicialmente como Distrito Federal (DF) e, depois, como Estado da Guanabara, com a participação do antigo Estado do Rio de Janeiro no total Brasil. A partir de 1975, em função da fusão entre os antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, os dados referem-se ao novo Estado do Rio de Janeiro, sendo que estamos utilizando aqui o termo Região Fluminense para este território.

Fonte: Osório (2005, anexo, p. 265)

Tabela 3 - Participação do Rio de Janeiro no PIB Nacional (em %)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) (de 1939 a 1980) e Contas Regionais do Brasil/IBGE (1990 pela antiga metodologia, e 2000 pela nova metodologia)

Nesse contexto, é importante destacar, mais uma vez que o Rio apresenta, historicamente, uma grande dificuldade em organizar estratégias de um ponto de vista mais amplo, que organize as atividades regionais, uma vez que, conforme Sobral (2016, p. 17), “*sua trajetória foi sempre marcada pela determinação do grande capital mercantil e um vácuo em estratégias para desenvolver um sistema de forças produtivas mais avançado*”.

Isso, conforme pontua o mesmo autor, poderia ser ainda mais gravoso, pois afirma Sobral (2017, p. 10):

(...) esse resultado poderia ser bem pior, revelando a continuidade da perda de participação relativa na economia nacional, se fosse descontado o despenho do setor extrativo mineral estimulado mais por uma política nacional do que por qualquer estratégia de desenvolvimento estadual.

Em outros termos, tem-se uma completa negligência com o desenvolvimento de uma estratégia efetivamente regional. Nessa linha, podemos extrair a mesma conclusão a partir da análise da participação da indústria de transformação fluminense no valor de transformação industrial (VTI) nacional.

Tabela 4 - Participação das UFs selecionadas no VTI nacional (Em %)

UF	1970	1980	1985	1996	2003	2007	2011	2014
São Paulo	58,1	53,4	51,9	50,9	43,8	42,5	40,8	37,8
Minas Gerais	6,5	7,7	8,3	8,4	9,1	10,2	9,6	9,6
Paraná	3,1	4,3	4,9	5,4	7,3	7,5	8,1	8,3
Rio Grande do Sul	6,3	7,3	7,9	7,9	8,4	7,4	7,7	8,3
Rio de Janeiro	15,7	10,6	9,5	8,1	8,0	7,3	8,0	7,3
Santa Catarina	2,6	4,1	3,9	4,6	5,0	5,0	5,3	6,2
<b>Brasil</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (PIA)/IBGE.

Da tabela 4, o que se percebe é que o Rio de Janeiro reduziu sua participação relativa no valor de transformação industrial nacional na ordem de 50%, ante uma redução de 15,7% para 7,3%.

Isso gera impactos especialmente na renda e no mercado de trabalho, com o desenvolvimento de atividades de menos intensidade de mão de obra. O que se teme, dessa forma, é que ocorra, em conjunto com a perda de relevância relativa, uma perda efetiva na complexidade da atividade econômica fluminense.

#### 4.3 Do emprego

Ao avaliar a situação do emprego no Rio de Janeiro, o que se objetiva é agregar compreensão à institucionalidade presente, a partir da relação do mercado de trabalho com a renda. Nesse contexto, importante destacar o que se vê em Osório, Rego e Versiani (2017, p.83):

A particular estagnação do conjunto da economia carioca e fluminense evidencia-se também no fato de que o estado do Rio de Janeiro, que apresentava, em 1985, a segunda posição, entre todas as unidades federativas brasileiras, no que tange ao número de empregos formais gerados no conjunto das atividades públicas e privadas, estando atrás apenas de São Paulo, tenha sido, desde 1999, ultrapassado por Minas Gerais, caindo para a terceira posição no ranking das unidades federativas.

No mesmo sentido é o que se percebe quando observado crescimento da taxa de empregabilidade relativa aos empregos formais, em comparação às demais unidades da

federação e ao Brasil. É dizer, ao longo do tempo, o Rio foi sendo ultrapassado por outros estados, em evidente incapacidade de gerar empregos na mesma velocidade que ocorria no Brasil. Isso está bem observado em Osório, Rego e Versiani (2017, p. 83):

Na mesma linha, de acordo com dados do Ministério do Trabalho (RAIS/MTE), o estado do Rio de Janeiro apresentou, entre 1985 e 2014 (a série mais longa disponível com a mesma metodologia), um crescimento do emprego formal de 73,6%, contra um crescimento no total do país de 141,9%, o menor crescimento entre todas as unidades federativas brasileiras.

Além disso, levando em conta especialmente os dados da indústria de transformação, o que se observou foi uma diferença ainda mais agravada, uma vez que, entre 1985 e 2014, o Rio de Janeiro passou da segunda para a sexta posição. Os estados que ultrapassaram o Rio foram Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Tais dados se coadunam com o observado na perda de participação relativa do RJ na indústria de transformação nacional.

Outro ponto é o que foi demonstrado mais recentemente, em artigo no O Globo, por Osório, Reis e Versiani (2019), quando apontam que o Rio:

(...) além disso, sofreu de forma bem mais grave a crise política e econômica brasileira, a partir de 2015. Por exemplo, entre janeiro de 2015 e setembro de 2019, enquanto no total do país a queda do emprego com carteira assinada foi de 5,3%, no estado foi de 15,5%, segundo o Ministério da Economia e o IBGE.

Noutro giro, há de se observar também as desigualdades internas no estado, que escancaram as diferenças na capacidade produtiva da mão de obra dos municípios do Rio de Janeiro, em comparação com a área central composta pelo município do Rio de sua região metropolitana.

Por esse prisma, o que se tem é uma periferia metropolitana altamente precarizada do ponto de vista econômico, conforme bem destacado por Osório, Versiani e Reis (2019):

Em um ranking, para o ano de 2018, da relação entre o número de empregos formais privados e o total da população, abarcando os 77 municípios das regiões metropolitanas brasileiras com mais de 200 mil habitantes — com exceção da capital, de Niterói e Petrópolis, municípios com maior presença de classe média —, todos os municípios da periferia da metrópole carioca encontram-se abaixo da 52ª posição

Esse aspecto demonstra o caráter pendular dos deslocamentos no Rio de Janeiro, que contribuem para a configuração de determinados núcleos urbanos como meramente dormitórios. Tais condições denotam a precariedade da periferia para sua contribuição na geração de empregos, se mostrando como uma peculiaridade problemática de necessária observação.

Isso está bem destacado em Osório, Rego e Versiani (2017, p. 88):

Não só pelo fato de a RMRJ concentrar 74,3% da população fluminense; 77,4% dos empregos formais do estado; e 64,7% do PIB do estado, mas, também, por ser a região, no território fluminense, com maiores desafios do ponto de vista socioeconômico e da desigualdade social (IBGE e MTE). Em primeiro lugar, a periferia metropolitana ainda é basicamente dormitório, o que gera diversos problemas, como, por exemplo, a existência, na quase totalidade de seus municípios, de uma diminuta base produtiva para arrecadação de receita pública municipal.

#### 4.4 Da receita

Outro aspecto importante a ser observado é a capacidade arrecadatória do Rio de Janeiro, principalmente tendo em vista a necessidade de fazer frente a suas despesas.

Nesse ponto, observando a disponibilidade de receita fiscal, observa-se mais uma contradição. Muito embora o Rio de Janeiro seja o estado com o segundo maior PIB do país, sua Receita Corrente Líquida (RCL) por habitante é a 11<sup>a</sup>, quando observado o conjunto das unidades federativas brasileiras.

Mais especificamente, ao se atentar aos dados dos municípios brasileiros mais populosos, ou seja, aqueles com mais de 200 mil habitantes, tem-se que apenas três dos quinze municípios fluminenses que se encaixam nessa categoria aparecem até a milésima posição em termos de Receita Corrente Líquida per capita.

Essa participação baixa demonstra também uma evidente crise arrecadatória no estado como um todo, que afeta sobremaneira os municípios, principalmente quando se tem em mente a relevante disparidade entre os municípios da região metropolitana e os demais municípios do estado.

Por outro prisma, também houve perda relativamente à arrecadação do ICMS, quando comparado ao estado de Minas Gerais, conforme apontam Osório, Rego e Versiani (2017, p. 83), ocasionando maior dependência da economia fluminense à receita dos *royalties* derivados da atividade petrolífera:

Igualmente expressivo é o fato de Minas Gerais ter ultrapassado o estado do Rio de Janeiro, em 2004, no que diz respeito à receita gerada pelo imposto estadual de ICMS, ampliando assim a dependência do estado do Rio de Janeiro em relação às receitas de *royalties* do petróleo

Nesse ponto, importante destacar que o desenvolvimento do complexo produtivo relativo à atividade petrolífera não deve ser restrito à sua parte extrativa, uma vez que possui baixo valor agregado e altamente sujeita à flutuação dos preços comerciais do barril.

#### 4.5 Da infraestrutura

Do ponto de vista da infraestrutura do Rio de Janeiro, a perspectiva de crise também é verificável. Isso porque, sob a lente da situação habitacional, o Rio de Janeiro é um dos piores estados da federação, conforme se observa dos dados do Censo do IBGE de 2010. Quanto a isso, destacam Osório, Rego e Versiani (2017, p.84):

Organizando-se um ranking, por estado brasileiro, do percentual de pessoas moradoras de favelas, em relação ao total de habitantes, verifica-se que o estado do Rio apresentou, em 2010, um percentual de 12,7%, o terceiro maior entre todas as unidades federativas, melhor apenas do que o Pará e o Amapá, que apresentaram o primeiro e segundo maior percentual. Este percentual era de 6,62% no estado de São Paulo e de apenas 3,07% em Minas Gerais.

A favelização da população denota um gravíssimo problema infraestrutural, uma vez que consistem em moradias que não só não possuem adequado tratamento jurídico pelo ordenamento institucional vigente, mas principalmente porque apresentam baixíssima qualidade de vida, com locais com pouco ou nenhum abastecimento de energia elétrica, água limpa encanada e sistema de esgotamento sanitário, além de demais serviços absolutamente essenciais.

Quando se compara com a Região Metropolitana de São Paulo, tem-se dados relevantes para valorar, conforme bem destacam Osório, Rego e Versiani (2017, p. 89):

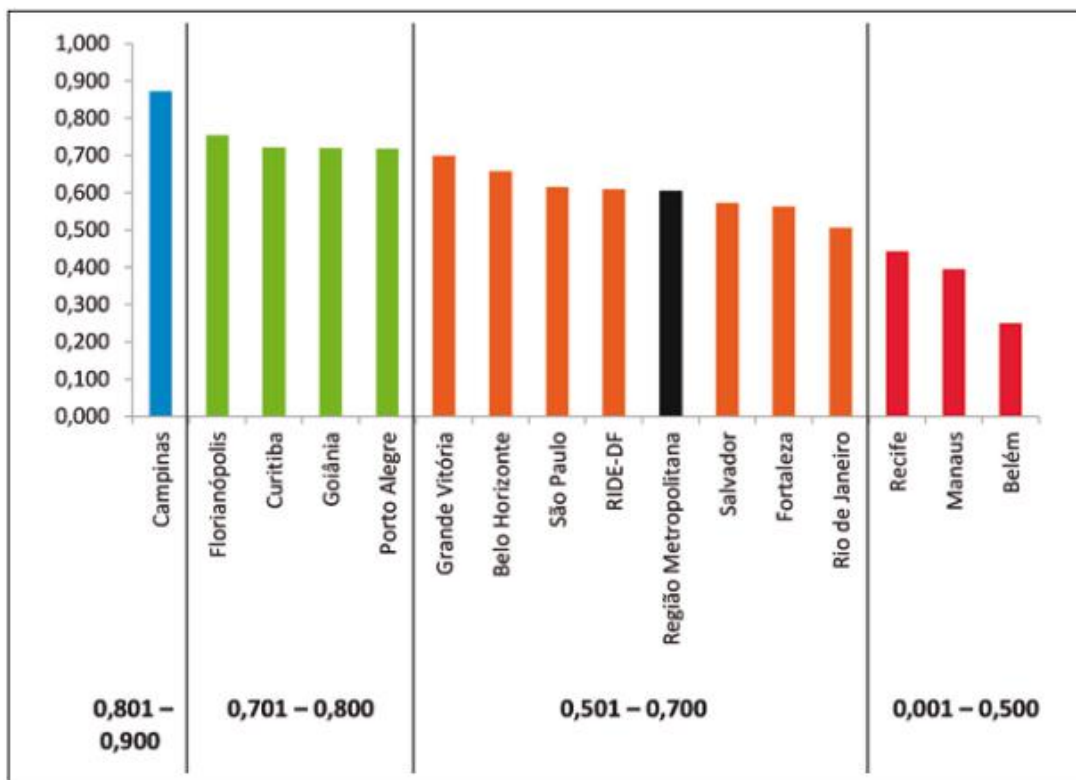
(...) enquanto o município de São Caetano do Sul, que está presente na periferia da RMSP, que apresenta forte densidade produtiva, possuía, em 2014, uma receita pública per capita de R\$ 6.832,86, o município de Duque de Caxias (RMRJ), muitas vezes percebido no imaginário popular como um município rico, apresentava uma receita pública per capita de apenas R\$ 2.012,51. 32 Isto porque, apesar de a refinaria Duque de Caxias e outras poucas grandes empresas estarem em seu território, o conjunto de sua estrutura produtiva é extremamente rala (Finbra/STN/ MF)

Nesse caso, quando se destaca a questão social, importa relevar também o Índice de Bem-Estar Urbano, que colocou o Região Metropolitana do Rio de Janeiro na 12<sup>a</sup> posição entre as 15 principais metrópoles do Brasil, conforme se vê no Gráfico I.

Nesse ponto, releva-se mais uma vez a ausência de desenvolvimento de um pensamento econômico de caráter regional, principalmente no que tange à mobilidade urbana das cidades da Região Metropolitana e a necessidade de maior integração entre os diferentes municípios. Tal desafio se acentua na medida em que se observam os municípios mais precários da região.

Tais aspectos, conferem especial dificuldade às empresas que buscam se instalar na região, uma vez que é necessário para esse tipo de empreendimento avaliar a possibilidade de instalação de suas atividades produtivas à luz da capacidade dos municípios de absorver sua mão de obra, para que neles ela possa viver e se deslocar adequadamente. Nesse ponto, é de suma importância se observar que a criação de tais atividades tem o condão de atrair maior renda a partir da geração de empregos, sendo tais dificuldades entraves de alta relevância.

Gráfico 1 - Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) segundo as regiões metropolitanas do Brasil - 2010



Fonte: Observatório das Metrôpoles

#### 4.6 Da educação

A crise do Rio de Janeiro também tem forte presença quando se observam os indicadores sociais. Do ponto de vista da educação, os números são preocupantes, conforme se depreende do artigo “Justiça e juízo, por favor”, de Osório, Reis e Versiani (2019):

Em um ranking do ensino fundamental público de 1ª a 5ª série (2017), incluindo todos os municípios brasileiros, vê-se que, entre os mil primeiros colocados, não há nenhum município fluminense. Entre a 1.000ª e 2.000ª posição, estão apenas oito municípios fluminenses, já para além da 3.000ª posição, estão 56 dos 92 municípios fluminenses

O baixo nível de escolarização corrobora com os demais dados, no sentido de demonstrar uma situação de real calamidade no estado nesse ponto. Ademais, conforme trazem Osório, Rego e Versiani (2017, p. 84):

(...) enquanto na Região Sudeste o percentual de nem-nens (aqueles que não estudam e nem trabalham) entre os jovens com 18 a 24 anos de idade era, em 2010, de 24,2%, entre os 21 municípios da RMRJ, 16 apresentavam percentual superior a 30%, sendo

que em 8 municípios da metrópole carioca o número de jovens sem estudar nem trabalhar era igual ou superior a 1/3 dos jovens.

Entrando nos dados mais especificamente, percebe-se que, na Zona Suburbana, os percentuais chegavam a casas ainda mais alarmantes em 2010. A título de exemplo, ele era de 29,5% na Maré, 32,9% no Complexo do Alemão e 38,8% na Penha. A Zona Oeste também contava com altíssimos números, entre eles o de 35,1% em Bangu e 38,4% em Santa Cruz.

Quando se observa o interior fluminense, tem-se que apenas 9 dos municípios da região apresentavam um percentual de nem-nens inferior ao da totalidade da Região Sudeste, demonstrando uma profunda degradação do estado em comparação aos demais.

Sob essa perspectiva, escancara-se a profunda desestruturação presente na qualificação da mão de obra fluminense, e sua conseqüente queda no nível de renda e débil performance em quesitos relacionados à qualidade de vida e produtividade do trabalho, aspectos que se relacionam diretamente com a debilidade infraestrutural apontada.

Todos os aspectos delineados desembocam num dos problemas mais flagrantes do Rio de Janeiro, pelo qual é notoriamente conhecido no Brasil. A segurança pública.

#### 4.7 Da segurança

A questão da segurança pública pode ser descrita como, talvez, a questão mais latente nas preocupações dos cariocas e fluminenses. A escalada de violência que tem que tolerar a população da região é, de fato, perceptível e alarmante.

Essa situação é palpável e acaba sendo confirmada ao se observarem os dados. Por exemplo, quando se realiza uma comparação entre as regiões metropolitanas dos principais núcleos urbanos do Sudeste, o resultado é esclarecedor, conforme demonstram Osório, Rego e Versiani (2017, p. 89):

No quesito segurança, novamente comparando os municípios das periferias das RMRJ, RMSP e RMBH, com cinquenta mil habitantes ou mais, vemos que os municípios com os dois melhores resultados são São Caetano do Sul e São Bernardo, ambos da RMSP, que possuíam, em 2013, taxas de homicídios por cem mil habitantes de, respectivamente, 4,48 e 6,20. Por outro lado, vários municípios da RMRJ

apresentavam elevadas taxas de homicídios, superiores a 40 por cem mil habitantes: Japeri, 41,67; Itaguaí, 51,06; Belford Roxo, 54,23; Duque de Caxias, 60,30; e Nova Iguaçu, 63,62 (Datasus).

Diante de todas essas informações, certo é que qualquer proposta de solução para a crise institucional deve não só observar, com atenção, as inúmeras peculiaridades de cada contexto, mas também priorizar a troca de informações para elaboração de uma solução.

Isso porque, quando se está, inegavelmente, diante de uma infinidade de problemas que estão interligados e que, superadas as questões conjunturais, possuem raízes estruturais profundas, a solução, passa, necessariamente, por uma coordenação regional, especialmente no que tange aos municípios da Região Metropolitana.

Somente uma ação nesse sentido terá o condão de interromper o círculo vicioso, que se inicia na economia fluminense com o marco de poder do golpe militar em sequência à transferência da capital para Brasília, com vistas a proporcionar à economia fluminense o início de um círculo virtuoso.

## V. CAPÍTULO 4 — OS POSSÍVEIS CAMINHOS

Uma vez superada a análise histórica que dá conta de comprovar a real situação de crise institucional no Rio de Janeiro, a partir da observação de diferentes aspectos, é importante vislumbrar as perspectivas que possuem o condão de interromper o círculo vicioso que se instaurou na economia fluminense.

Não se trata, por óbvio, de se pretender esgotar as possibilidades de eventuais propostas que conduzam a um soerguimento econômico, mas sim de, a partir dos marcos teóricos e problemas estruturais apontados, buscar propostas que visem suprir as deficiências apontadas.

Nesse ponto, explorando, principalmente, as potencialidades relacionadas ao eixo de logística e ao eixo de capitalidade, em combinação com a compreensão acerca da necessidade da elaboração de estratégias de desenvolvimento integradas, que coloquem em destaque a questão regional e a competitividade com as demais unidades federativas, há de se perceber a existência de potenciais inexplorados.

Sendo assim, cumpre apresentar os possíveis caminhos capazes de reverter a lógica atualmente posta, principalmente tendo em conta a importância que terá o investimento público para que se chegue à almejada recuperação econômica.

### 5.1 Petróleo e Gás

É de notório conhecimento que o Rio de Janeiro possui grandes jazidas de gás natural e petróleo em seu território. Assim, muito embora se trate de uma atividade já explorada na região, certo é que não são devidamente perscrutadas todas as potencialidades derivadas da presença, em relativa abundância, desses recursos naturais tão importantes.

Isso porque, diferentemente do entendimento do senso comum de que a extração de petróleo, *per se*, é capaz de trazer desenvolvimento e prosperidade econômica, é imperioso se atentar para o fato de que tal visão não encontra qualquer amparo na realidade, existindo casos como o da Venezuela, onde a abundância do petróleo, embora positiva, traz desafios relacionados ao que é conhecido como doença holandesa.

Nesse ponto, o que se deve evitar é que se torne refém da atividade exclusivamente extrativa do petróleo, ou seja, trabalha-lo unicamente em sua dimensão de *commodity*. Diz-se isso uma vez que a prosperidade de uma economia que se ampara unicamente nessa dimensão é altamente condicionada à flutuação do preço praticado internacionalmente.

Para além disso, tal perspectiva também não leva em conta todas as potencialidades que uma adequada exploração das atividades ligadas ao petróleo e ao gás permitem atingir, uma vez que se trata de uma atividade com altíssima capacidade indutora de desenvolvimento regional.

Conforme Nota Técnica da Assessoria Fiscal da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, de outubro de 2021, intitulada “O Potencial Representado pelo Sistema Produtivo de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro e Implicações para o Desenvolvimento Regional”, que se baseou em dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o RJ detém mais de 80% das reservas comprovadas de Petróleo e mais de 60% das reservas comprovadas de gás natural do país.

Também no âmbito internacional, a quantidade de reservas do Rio de Janeiro se destaca. Suas reservas são mais abundantes que a de países inteiros que possuem relevância mundial na exploração dessas atividades.

Tabela 5 – Reservas Provadas de Petróleo no Brasil, no Rio de Janeiro e em países selecionados

Petróleo (bilhões de barris)						
Ano	Rio de Janeiro	Brasil	México	Noruega	Angola (OPEP)	Mundo
2011	12,14	15,05	11,39	6,88	9,06	1.674,26
2012	12,21	15,31	10,03	7,49	9,06	1.683,57
2013	12,42	15,54	10,07	7,05	9,01	1.691,89
2014	13,25	16,18	9,81	6,54	8,42	1.694,44
2015	10,56	13,00	9,71	8,01	9,52	1.683,90
2016	10,40	12,63	7,64	7,60	9,52	1.690,28
2017	10,68	12,79	7,04	7,92	8,38	1.728,17
2018	11,19	13,44	6,46	8,64	8,16	1.736,14
2019	10,81	12,71	6,07	8,52	8,16	1.734,81
2020	9,64	11,93	6,07	7,90	7,78	1.732,37

Fonte: Assessoria Fiscal da Alerj (2021) com base nos dados do Anuário Estatístico 2021 - ANP

Tabela 6 – Reservas Provadas e Gás Natural no Brasil, no Rio de Janeiro e em países selecionados

Gás (bilhões de metros cúbicos)						
Ano	Rio de Janeiro	Brasil	Argentina	Bolívia	Trinidad e Tobago	Mundo
2011	249,98	473,64	323,37	271,65	365,07	187.962,07
2012	246,44	473,42	306,83	306,05	360,91	180.795,21
2013	257,19	472,37	319,23	286,92	337,07	181.298,81
2014	274,68	485,70	323,08	270,53	316,77	183.162,37
2015	256,21	443,29	340,85	270,53	316,77	181.193,39
2016	230,85	389,11	327,41	292,42	291,90	183.536,05
2017	223,84	380,88	345,68	247,02	309,53	187.828,37
2018	230,67	380,35	360,49	229,95	273,18	189.053,86
2019	233,90	375,28	385,57	212,87	289,56	190.267,88
2020	211,72	348,53	385,57	212,87	289,87	188.074,23

Fonte: Assessoria Fiscal da Alerj (2021) com base nos dados do Anuário Estatístico 2021 - ANP

Essa condição, quando combinada com a observação da presença da Petrobras e da ANP em seu território, denota uma excelente oportunidade de integração de atividades econômicas a fim de induzir o desenvolvimento regional.

Tal fato ganha ainda mais destaque quando se percebe que a maior parte dos contratos de fornecimento de bens e serviços da Petrobras é direcionada ao exterior, enquanto apenas um quarto do valor gasto é destinado a empresas presentes no Rio de Janeiro.

Ademais, é sabido que as atividades ligadas ao binômio Petróleo e Gás tem alto potencial indutivo, uma vez que consiste em uma atividade com alto grau de encadeamento, seja para trás, seja para frente, movimentando diversas cadeias produtivas. Tal potencial, aliado a uma política de investimento em tecnologia inovadora, além de um forte investimento em infraestrutura, demonstram uma verdadeira capacidade de se gerar renda nova e empregos qualificados na região.

A capacidade indutiva do setor, portanto, combinada com a abundância dos recursos naturais necessárias, se apresenta como uma excelente oportunidade de investimentos, a fim de se obter como retorno o início de um círculo virtuoso na economia fluminense.

## 5.2 Complexo industrial da saúde

Lastreado no conhecimento propagado a partir da Nota Técnica da Assessoria Fiscal da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, nomeada “Complexo Econômico-Industrial da Saúde Fluminense e Contribuições para o Desenvolvimento Regional”, é possível apontar o setor como uma área interessante para o investimento público.

Isso porque, o alcance do espraiamento decorrente da expansão do investimento nessa área tem efeito multiplicador na geração de emprego e no desenvolvimento tecnológico.

Para além, a ampliação do complexo industrial da saúde tem alto impacto na economia brasileira como um todo, tendo em vista a deficiência do Brasil nesse setor. De acordo com a Assessoria Fiscal da ALERJ (2022), o país apresenta uma flagrante dependência externa no setor farmacêutico, com uma taxa de 95% de importação de insumos farmacêuticos ativos.

Tal realidade não se coaduna com a altíssima viabilidade do setor para a economia brasileira como um todo, tendo em vista não só a abundante biodiversidade existente nos ecossistemas brasileiros, cuja potencialidade pode ser investigada sustentavelmente do ponto

de vista ecológico, mas também a existência do Sistema Único de Saúde, que se comporta como um componente muito forte da demanda.

Essas circunstâncias, quando aliadas a uma mão de obra altamente qualificada, podem funcionar como um vetor para a reversão do processo de reprimarização da economia fluminense. E é justamente nesse ponto que o Rio de Janeiro demonstra sua vocação para o setor, uma vez que conta com maciça presença de institutos e universidades estaduais e federais, que podem cumprir um importante papel no desenvolvimento tecnológico com a vigorosa intensidade de pesquisa presente.

Esse foi um dos destaques da Assessoria Fiscal da ALERJ (2022, p. 171):

A partir desse levantamento, observou-se que as instituições de ensino e pesquisa se destacaram no presente levantamento, representando quase metade do total mapeado (48,24%) 114. Esses atores são especialmente importantes para potencializar o dinamismo do CEIS no Rio de Janeiro, por formarem recursos humanos qualificados, abrigarem ambientes de pesquisa científica de alto nível, permitirem intercâmbio de conhecimento com outras entidades brasileiras e estrangeiras, interagirem com a estrutura produtiva e também por, muitas vezes, agregarem outras instituições dedicadas à extensão universitária em saúde, como os hospitais universitários que prestam serviços à população. Neste último caso, destaca-se a existência de complexos de, respectivamente, nove e duas unidades universitárias de atendimento e pesquisa em saúde ligados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Além disso, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) gerem também, cada uma, um hospital próprio.

O Rio de Janeiro demonstra possuir, portanto, o que a Assessoria chama de “Infraestrutura de Conhecimento”, que compõe parte fundamental da articulação integrada que exige o desenvolvimento de um grande complexo industrial da saúde, com o apoio ainda de Laboratórios e entidades públicas e privadas ligadas à área da saúde.

Ou seja, a busca por um processo de substituição de importações nesse setor é altamente positiva, e, aliada com os demais fatores delineados, constituem relevante oportunidade de investimento integrado, pensado como uma estratégia de desenvolvimento regional, que pode contribuir para a interrupção do círculo vicioso que a economia fluminense enfrenta.

### 5.3 Turismo: esportes e artes

Mesmo tendo um papel indutivo menos expressivo, é importante expor em minúcia as potencialidades do Rio de Janeiro quando se trata da atividade turística.

De início, ressurgem ao debate o eixo de capitalidade presente na região, em especial na ex-capital nacional, que se materializa não só no fato de que a cidade é a mais conhecida internacionalmente, e é o principal destino dos turistas estrangeiros que vêm para o Brasil, conforme dados divulgados pelo site de buscas de voos Kayak, mas também na importante presença do Rio de Janeiro no cenário cultural brasileiro como um todo.

Isso se verifica nos mais diversos âmbitos da cultura brasileira. A presença da rede Globo, por exemplo, a mais notória rede de televisão brasileira, a festa pujante do Carnaval de rua e os tradicionais desfiles na Rua Marquês de Sapucaí, são exemplos disso.

O Clube de Regatas do Flamengo também se porta como importante manifestação da cultura brasileira no que tange ao futebol, sendo há muitas décadas a torcida de maior expressão e volume do Brasil, com faturamento altíssimo e alto grau de investimento e presença maciça nos estádios nos dias de jogo.

Essas potencialidades estão combinadas, ainda, com uma alta infraestrutura voltada para o turismo, com inúmeros hotéis capazes de suprir a alta demanda existente na cidade no verão brasileiro.

Ao lado disso, tem-se a presença de entidades como a ABEOC Brasil, Associação Brasileira de Empresas de Eventos, e uma forte infraestrutura decorrente dos Jogos Olímpicos capaz de receber grandes públicos para eventos das mais variadas espécies.

Não por outro motivo o sucesso absoluto do show da cantora Madonna, em 4 de maio de 2024, para mais de 1,5 milhão de pessoas na praia de Copacabana. Esse magnífico evento não só teve uma função publicitária altamente positiva para o turismo da cidade, como concretamente agregou economicamente, introjetando mais de R\$ 300 milhões, segundo estimativas do governo estadual

Tal fato também contribuiu para a quebra do mito de que não seria possível a realização de eventos dessa magnitude no Rio de Janeiro por questões de segurança, uma vez que, excetuados alguns casos que podem ser tidos como isolados, a experiência no geral foi de absoluta paz e tranquilidade para as pessoas que estavam acompanhando o evento.

Sendo assim, pode ser interessante o desenvolvimento de uma estratégia que busque atrair eventos dessa natureza com maior frequência. Importante destacar, contudo, que tal potencial não se manifesta apenas na área cultural relacionada tão somente à música, mas deve-se ter atenção especial às demais artes e, também, aos esportes e e-sports, cuja atratividade são inegáveis.

Não são apenas esses os complexos possíveis para explorar as potencialidades regionais existentes no Rio de Janeiro, contudo, jamais houve a intenção de se esgotar o debate, e sim de apresentar perspectivas coerentes com a análise das origens da crise. Propõe-se, principalmente, ampliar o debate acerca da necessidade de desenvolvimento de atividades econômicas indutoras que, diante de sua complexidade, consigam atrair renda nova para a economia fluminense.

## CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou a história do Rio de Janeiro, em especial destaque sua importância singular para a história do Brasil, discutindo principalmente os aspectos políticos e econômicos de sua conformação institucional ao longo do tempo. Além disso, propôs discutir seu declínio moral e econômico, caracterizado pela complexidade e profundidade de suas crises.

Para isso, foram abordados conceitos fundamentais do institucionalismo, como o de capitalidade, explorado tanto localmente quanto em sua relevância nacional, tratando com minúcia todos os aspectos, destacando o momento e as consequências da transferência da capital nacional para Brasília.

Discutiu-se, portanto, como essa mudança institucional gerou uma fratura no Rio de Janeiro, afetando a forma como se dá a política tanto na cidade quanto no estado, que resultou em perdas econômicas significativas que impactaram seu dinamismo econômico com seríssimas repercussões do ponto de vista social, causando verdadeira desestruturação no estado.

Nesse contexto, foram discutidos os vários aspectos da vida social, como a segurança pública, a educação e o impacto da infraestrutura. Assim, se utilizando da teoria do institucionalismo como arcabouço teórico, o estudo ofereceu uma análise mais precisa e menos influenciada por chavões, senso comum e mitos frequentemente associados ao Rio de Janeiro e seus desafios.

O trabalho observou, também, as especificidades do território carioca e fluminense, e a relevância de fenômenos como o chaguismo e a ruptura institucional brasileira relativa ao golpe militar de 1964, explorando seus efeitos na formulação de políticas caracterizadas notadamente por aspectos negativos, como o clientelismo e a fragmentariedade.

Enfatizou-se, ainda, a prisão de autoridades nas mais variadas esferas do poder público do Rio de Janeiro, repercutindo uma trajetória preocupante que traz impactos não somente aos residentes do Rio de Janeiro, mas ao Brasil como um todo, dado o contexto de eixo de capitalidade que irradia do Rio de Janeiro.

O estudo buscou apresentar dados empíricos para sustentar a análise discutida, priorizando trazer relevo ao tema para a sociedade e para a compreensão do Rio de Janeiro e seus desafios contemporâneos. Uma análise nessa linha se faz crucial para a elaboração de estratégias eficazes de superação da crise que afeta profundamente o estado, com o objetivo de trazer melhoria substancial em todos os âmbitos, notadamente o político e econômico e a prestação de serviços essenciais como saúde, educação e segurança.

Por fim, o estudo sugere que compreender as causas do atual estado de coisas no Rio de Janeiro em sua totalidade é fundamental para traçar os adequados caminhos para seu soerguimento, utilizando abordagens específicas e calcadas na realidade material para o contexto local e estadual, que podem culminar em uma repercussão nacional dada a importância histórica do Rio de Janeiro.

A utilização de exemplos práticos, como a menção à importância da Petrobras e das universidades e institutos de pesquisa estaduais e federais presentes na região fluminense, dando conta da existência de potencialidades inexploradas a partir da estrutura já existente no território.

Além disso, colocou o conceito de capitalidade no centro da análise, propondo que a reflexão da imagem do Rio de Janeiro como grande representante nacional o potencializa para a realização de grandes eventos, capazes de fazer emergir o turismo como uma das forças relevantes para a economia fluminense mesmo em períodos de baixa temporada.

Conclui-se, portanto, que o estudo alcançou seu objetivo, ao fornecer ferramentas importantes para a compreensão da complexa e multifacetada realidade da cidade e do estado do Rio de Janeiro, atendendo aos interesses de todos aqueles que têm um carinho especial pela cidade e desejam seu bem-estar, considerando-a não apenas como um símbolo nacional, mas como um lar para milhões de brasileiros e ponto fulcral na cultura nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvos de operação contra fraude no tribunal de contas do Rio de Janeiro são presos. G1, 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/alvos-de-operacaocontra-fraude-no-tribunal-de-contas-do-rj-sao-presos.ghtml>> Acesso em: 15 de junho de 2024.

Cinco ex governadores do Rio foram presos nos últimos três anos. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/cinco-ex-governadores-do-rio-foram-presos-ultimos-tres-anos>> Acesso em 29 de novembro 2019.

COELHO, Paulo Vinícius. Com Jesus, Flamengo quer jogar bonito por projeto global. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/10/com-jesus-flamengo-quer-jogar-bonito-por-projeto-de-clube-global.html>> Acesso em: 15 de junho de 2024.

Conta de luz no Rio mais que dobra em uma década. O Globo, 2019. Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/economia/conta-de-luz-no-rio-mais-que-dobra-em-uma-decada-23517167>> Acesso em: 15 de junho de 2024.

DA SILVA, Mauro Osório; VERSIANI, Maria Helena. História de Capitalidade do Rio De Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, [S. l.], n. 7, p. 75–90, 2016. DOI: 10.12957/cdf.2015.19711. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/19711>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

DULCI, Otávio Soares. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

ERNST & YOUNG, Premier League Economic and social impact January. 2019

Esquema no TCE RJ foi confirmado por delatores. Sinfrej, 2019. Disponível em: < <http://www.sinfrerj.com.br/comunicacao/destaques-imprensa/esquema-no-tce-rj-foi-confirmado-por-nove-delatores> > Acesso em: 15 de junho de 2024.

FIANI, Ronaldo. Estado e economia no institucionalismo de Douglass North. Revista de Economia Política, vol. 23, nº2, abril-junho/2003

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003

HIRSCHMAN, AO. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT, M., orgs. Economia e movimentos sociais na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 21-64. ISBN 978-85-99662-59-5. Available from SciELO Books.

HODGSON, Geoffrey M. Economia e evolução: o regresso da vida à teoria econômica. Oeiras: Celta, 1997.

Juiz afirma que empresas foram beneficiadas e anula licitação. Correio do Estado, 2019. Disponível em: <<https://www.correiodoestado.com.br/esportes/juiz-afirma-que-empresas-foram-beneficiadas-e-anula-licitacao-do/336358/>> Acesso em: 15 de junho de 2024.

KALECKI, M. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977.

LAPA JR., Amaral. O Brasil e a carreira das Índias. Cia. Editora Nacional, 1968.

LESSA, C. Rio de todos os brasis. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LOBO, E.M.L. História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MAGALHÃES, Alex Ferreira; Maria Helena Versiani. (Org.). Rio de Janeiro: reflexões e práticas. 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. 1, p. 126-145.

MAGALHÃES, Raphael de Almeida. Breve Histórico sobre a Estruturação Física e Econômica da Cidade e sua Região. [S.l.: s.n.], 2001. Texto mimeografado.

MELO, H.P.A Trajetória da Industrialização do Rio de Janeiro. IN: Américo Freire, C.E.; Motta, M.S. (org.). Um Estado em Questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p.219-247.

MOTTA, M. Cidade-capital, estado da Guanabara e município do Rio: uma breve história da política e da administração no Rio de Janeiro (1808-2008). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MOTTA, M. S. . Rio de Janeiro: de cidade-capital a estado da Guanabara. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

NORTH, D. Structure and Change in Economic History, Norton, New York, 1981.

\_\_\_\_\_.Institutions, Institutional Change and Economic performance, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

NORTH, D. e THOMAS, Robert P. The Rise of the Western World: A New Economic History, Cambridge University Press, Cambridge, 1973

OSÓRIO, Mauro. Rio nacional Rio Local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

OSÓRIO, Mauro; REGO, Henrique Rabelo Sá; VERSIANI, Maria Helena. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder .Cadernos do desenvolvimento fluminense, Rio de Janeiro, n. 12, jan./jun. 2017.

OSÓRIO, Mauro e VERSIANI, Maria Helena; Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n.2, julho/ 2013.

OSÓRIO, Mauro e VERSIANI, Maria Helena; Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n.7, jan-junho/ 2015.

PAES, Eduardo. Eduardo Paes: Parabéns, Rio. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/03/1596171-eduardo-paes-parabens-rio.shtml>>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

Rei dos ônibus admite em interrogatório existência de caixa 2 a políticos do Rio de Janeiro. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/24/rei-dos-onibus-admite-em-interrogatorio-existencia-de-caixa-2-a-politicos-do-rj.ghtml>> Acesso em: 15 de junho de 2024.

ROUVENAT, Fernanda, Pedro Figueiredo. Com prisão de Moreira Franco, Rio de Janeiro tem seu 5º ex governador preso. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/21/com-prisao-de-moreira-franco-rj-tem-seu-5o-ex-governador-presos.ghtml>>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

Show da Madonna trouxe retorno de mais de R\$ 300 milhões para o Rio de Janeiro. Cnn Brasil, 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/show-da-madonna-trouxe-retorno-de-mais-de-r-300-milhoes-para-o-rio-de-janeiro/#:~:text=Janeiro%20%7C%20CNN%20Brasil-.Show%20da%20Madonna%20trouxe%20retorno%20de%20mais%20de%20R%24%20300,para%20o%20Rio%20de%20Janeiro&text=O%20encerramento%20da%20turn%C3%AA%20de,segundo%20estimativas%20do%20governo%20estadual.>>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. A desindustrialização nacional como projeto: uma reflexão em Economia Política sobre os limites para o desenvolvimento fluminense (Org.).Rio de Janeiro: reflexões e práticas. 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. 1, p. 39.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. “A evidência da estrutura produtiva oca: o Estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional”. In: MONTEIRO NETO et al. Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas, estratégias e perspectivas. Brasília: IPEA, 2017

VEBLEN, Thorstein. *The Theory of the Leisure Class*. New York: Modern Library, 1934.

VERSIANI, Maria Helena . *O Rio de Janeiro na República da Ditadura*. In: Mauro Osorio; Alex Ferreira Magalhães; Maria Helena Versiani. (Org.). *Rio de Janeiro: reflexões e práticas*. 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016, v. 1, p. 126-145.